

STJ00097366 - v.1

Cezar Roberto Bitencourt

Tratado de **Direito Penal**

PARTE GERAL

1

20ª edição

revista, ampliada e
atualizada

2014



**Editora
Saraiva**

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: www.editorasaraiva.com.br/direito

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Clara, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Logoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-04194-3 obra completa

ISBN 978-85-02-21599-3 volume 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP,

Bitencourt, Cezar Roberto

Tratado de direito penal : parte geral 1 / Cezar Roberto Bitencourt. — 20. ed. rev., ampl. e atual. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil

I. Título.

13-09850

CDU-343(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito Penal

343 (81)

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Sarah Raquel Silva Santos

Produtora editorial Claissa Bonaschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Bianca Miyuki Nakazato

Arte e diagramação Mônica Landi

Revisão de provas Ana Beatriz Fraga Moreira

Cecília Deus

Simone Silbershmidt

Serviços editoriais Camilla Artoli Loureiro

Tatiana dos Santos Romão

Capa Ricardo Gomes Barbosa

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Salesianas

Acabamento Gráfica Salesianas

882340

Data de fechamento da edição: 9-10-2013

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

 ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Nota do Autor à 20ª edição</i>	31
<i>Nota do Autor à 17ª edição</i>	33

PRIMEIRA PARTE

FUNDAMENTOS E HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO I | CONCEITO DE DIREITO PENAL

1. Considerações introdutórias	35
2. Conceito de Direito Penal	36
3. Caracteres do Direito Penal	37
4. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	39
5. Direito Penal comum e Direito Penal especial	41
6. Direito Penal substantivo e Direito Penal adjetivo.....	41
7. Direito Penal num Estado Democrático de Direito.....	42

CAPÍTULO II | PRINCÍPIOS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO ESTATAL

1. Considerações introdutórias	49
2. Princípio da legalidade e princípio da reserva legal	50
2.1. Princípio da legalidade e as leis vagas, indeterminadas ou imprecisas..	51
3. Princípio da intervenção mínima.....	53
3.1. Princípio da fragmentariedade	55
4. Princípio da irretroatividade da lei penal	56
5. Princípio da adequação social	57
6. Princípio da insignificância	60
7. Princípio da ofensividade	61
8. Princípio de culpabilidade.....	63
9. Princípio da proporcionalidade.....	65
10. Princípio de humanidade	69

CAPÍTULO III | HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

1. Considerações introdutórias	72
2. Direito Penal Romano	74
3. Direito Penal Germânico.....	77
4. Direito Penal Canônico.....	78

5. Direito Penal comum	80
6. Período humanitário. Os reformadores.....	81
6.1. Cesare de Beccaria	82
6.2. John Howard.....	84
6.3. Jeremias Bentham	86
7. História do Direito Penal brasileiro	89
7.1. Período colonial.....	89
7.2. Código Criminal do Império.....	90
7.3. Período republicano.....	91
7.4. Reformas contemporâneas.....	91
7.5. Perspectivas para o futuro	93

**CAPÍTULO IV | A EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL:
PRIMEIRA FASE**

1. Considerações introdutórias	95
2. As correntes do pensamento positivista e sua repercussão na Ciência do Direito Penal.....	96
3. Escola Clássica.....	97
4. Escola Positiva	103
4.1. Cesare Lombroso (1835-1909)	104
4.2. Rafael Garofalo (1851-1934)	105
4.3. Enrico Ferri (1856-1929).....	106
5. <i>Terza scuola</i> italiana	107
6. Escola moderna alemã	108
7. Escola Técnico-Jurídica.....	110
8. Escola correcionalista	111
9. Defesa social.....	113
10. Crise do pensamento positivista	113

**CAPÍTULO V | A EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL:
REFINAMENTO DA ELABORAÇÃO JURÍDICO-DOGMÁTICA**

1. O modelo neokantista.....	115
2. O ontologismo do finalismo de Welzel.....	118
3. Pós-finalismo: o normativismo funcionalista.....	122
3.1. O sistema teleológico-funcional de Direito Penal formulado por Roxin	122
3.2. A radicalização da sistemática funcional na proposta de Jakobs..	124
3.3. Considerações críticas.....	127

CAPÍTULO VI | TEORIAS SOBRE FUNÇÕES, FINS E JUSTIFICAÇÕES DA PENA

1. Generalidades	130
2. Teorias sobre a pena	132
3. Teorias absolutas ou retributivas da pena	133
3.1. Teoria de Kant	135
3.2. Teoria de Hegel.....	138
3.3. Outras teses retribucionistas da pena	139
3.4. Considerações críticas.....	141
4. Teorias relativas ou preventivas da pena	142
4.1. A prevenção geral	143
4.1.1. A prevenção geral negativa	143
4.1.2. A prevenção geral positiva	147
4.1.3. A prevenção geral positiva fundamentadora	149
4.2. A prevenção especial.....	152
5. A teoria mista ou unificadora da pena	155
5.1. A teoria unificadora dialética de Roxin	157
6. Modernas teorias de justificação da pena	159
6.1. A prevenção geral positiva limitadora.....	160

CAPÍTULO VII | SISTEMAS PENITENCIÁRIOS

1. Sistema pensilvânico ou celular.....	163
1.1. Origens históricas	163
1.2. Características e objetivos do sistema	164
2. Sistema auburniano	165
2.1. Origens históricas	165
2.2. Características e objetivos do sistema	166
2.3. Sistemas pensilvânico e auburniano: semelhanças e diferenças...	167
3. Sistemas progressivos.....	169
3.1. Sistema progressivo inglês ou <i>mark system</i>	169
3.2. Sistema progressivo irlandês	170
3.3. Sistema de Montesinos	172
4. Algumas causas da crise do sistema progressivo.....	172

CAPÍTULO VIII | A NORMA PENAL

1. Considerações preliminares	175
2. Técnica legislativa do Direito Penal: normas incriminadoras e não incriminadoras.....	178
3. Fontes do Direito Penal.....	180

4. Da interpretação das leis penais	186
4.1. As diversas modalidades de interpretação em matéria penal.....	188
4.1.1. Interpretação quanto às fontes: autêntica, jurisprudencial e doutrinária.....	188
4.1.2. Interpretação quanto aos meios: gramatical, histórica, lógica e sistemática	191
4.1.3. Interpretação quanto aos resultados: declarativa, extensiva e restritiva	195
5. A analogia e sua aplicação <i>in bonam partem</i>	196
5.1. Analogia e interpretação analógica: processo integrativo <i>versus</i> processo interpretativo	198
5.2. Analogia <i>in bonam partem</i>	199
6. Leis penais em branco.....	201
7. Funções e conteúdo da norma penal	203

CAPÍTULO IX | LEI PENAL NO TEMPO

1. Considerações introdutórias	205
2. Princípios da lei penal no tempo	206
2.1. Irretroatividade da lei penal.....	206
2.2. Retroatividade e ultratividade da lei mais benigna	207
3. Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo.....	209
4. Lei intermediária e conjugação de leis.....	212
5. Leis excepcionais e temporárias	214
6. Retroatividade das leis penais em branco.....	215
7. Retroatividade e lei processual.....	217
8. Tempo do crime	219
8.1. Retroatividade da lei penal mais grave em crimes “continuado” ou “permanente”: Súmula 711 do STF.....	219

CAPÍTULO X | LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Princípios dominantes.....	222
2. Conceito de território nacional	224
3. Lugar do crime	226
4. Extraterritorialidade	227
5. Lei penal em relação às pessoas	229
5.1. Imunidade diplomática	229
5.2. Imunidade parlamentar	230
5.3. Da imunidade parlamentar a partir da Emenda Constitucional n. 35/2001	232
5.4. A imunidade processual e prisional	233

6. Extradicação	234
6.1. Conceito e espécies de extradição	235
6.2. Princípios e condições da extradição.....	235
6.3. Requisitos para a concessão de extradição.....	237
6.4. Procedimento do processo de extradição	239
6.5. Limitações à extradição	240
7. Deportação e expulsão.....	241
8. O Tribunal Penal Internacional.....	242
8.1. Tribunal Penal Internacional, prisão perpétua e princípio de humanidade.....	246
9. Controle jurisdicional de convencionalidade das leis.....	248

CAPÍTULO XI | CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Considerações gerais.....	254
2. Princípios regentes do conflito aparente de normas.....	254
2.1. Princípio da especialidade.....	255
2.2. Princípio da subsidiariedade	255
2.3. Princípio da consunção.....	256
3. Antefato e pós-fato impuníveis	258

SEGUNDA PARTE

TEORIA GERAL DO DELITO

CAPÍTULO XII | A EVOLUÇÃO DA TEORIA GERAL DO DELITO

1. Considerações preliminares.....	261
2. O modelo positivista do século XIX.....	262
3. O modelo neokantista.....	264
4. O ontologismo do finalismo de Welzel.....	266
5. Pós-finalismo: os modelos funcionalistas	269

CAPÍTULO XIII | CONCEITO DE CRIME

1. Antecedentes da moderna teoria do delito	272
2. O conceito clássico de delito	273
3. O conceito neoclássico de delito	275
4. O conceito de delito no finalismo	276
5. O conceito analítico de crime.....	277
6. A definição legal de crime no Brasil	279
7. Classificação das infrações penais	279
7.1. Classificação tripartida e bipartida	279
7.2. Crimes doloso, culposo e preterdoloso	280
7.3. Crimes comissivo, omissivo e comissivo-omissivo.....	280

7.4. Crimes instantâneo e permanente	281
7.5. Crimes material, formal e de mera conduta	281
7.6. Crimes de dano e de perigo	282
7.7. Crimes unissubjetivo e plurissubjetivo	283
7.8. Crimes unissubsistente e plurissubsistente.....	283
7.9. Crimes comum, próprio e de mão própria	283
7.10. Crimes de ação única, de ação múltipla e de dupla subjetividade.	284
 CAPÍTULO XIV A CONDUTA PUNÍVEL	
1. Considerações gerais.....	285
2. Teorias da ação.....	286
2.1. Teoria causal-naturalista da ação.....	286
2.2. Teoria final da ação	288
2.3. Teoria social da ação	291
2.3.1. Inconsistência das controvérsias entre as teorias final e social do conceito de ação	293
2.4. Teoria da ação significativa.....	295
3. Ausência de ação e de omissão.....	298
4. Os sujeitos da ação	300
4.1. Os sujeitos ativo e passivo da ação	300
4.2. A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime	302
4.2.1. Responsabilidade penal nos crimes contra o sistema financeiro.....	306
 CAPÍTULO XV A OMISSÃO E SUAS FORMAS	
1. Considerações gerais.....	308
2. Crimes omissivos próprios	309
3. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão	310
3.1. Pressupostos fundamentais do crime omissivo impróprio	311
4. Fontes originadoras da posição de garantidor.....	312
4.1. Obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância	312
4.2. De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado	313
4.3. Com o comportamento anterior, cria o risco da ocorrência do resultado.....	314
 CAPÍTULO XVI RELAÇÃO DE CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA	
1. Considerações gerais.....	316
2. Teoria da equivalência das condições ou <i>conditio sine qua non</i>	317
3. Limitações do alcance da teoria da <i>conditio sine qua non</i>	319
3.1. Localização do dolo e da culpa no tipo penal	319

3.2. Causas (concausas) absolutamente independentes.....	320
3.2.1. Causas relativamente independentes	320
3.3. Superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produz o resultado	322
4. Outras teorias da causalidade	324
5. A relevância causal da omissão	326
6. A teoria da imputação objetiva e âmbito de aplicação	327
6.1. Considerações críticas.....	337

CAPÍTULO XVII | TIPO E TIPICIDADE

1. Fases da evolução da teoria do tipo	339
2. Tipo e tipicidade	344
2.1. Noção de tipo.....	344
2.2. Juízo de tipicidade	345
2.3. Tipicidade.....	346
2.4. Funções do tipo penal.....	346
3. Bem jurídico e conteúdo do injusto.....	348
4. Elementos estruturais do tipo.....	349

CAPÍTULO XVIII | TIPO DE INJUSTO DOLOSO

1. Tipo objetivo	352
1.1. O autor da ação.....	352
1.2. Ação ou omissão	353
1.3. Resultado	353
1.4. Nexo causal e imputação objetiva	354
2. Tipo subjetivo	355
2.1. Elemento subjetivo geral: dolo	355
2.1.1. Definição de dolo.....	355
2.1.2. Teorias do dolo	356
2.1.3. Elementos do dolo	358
2.1.4. Espécies de dolo: direto e eventual	360
2.2. Elemento subjetivo especial do tipo ou elemento subjetivo especial do injusto	364
2.2.1. Delitos de intenção.....	365
2.2.2. Delitos de tendência	366
2.2.3. Momentos especiais de ânimo	367
2.2.4. Especiais motivos de agir	367
3. Erro de tipo	369

4. Princípios da adequação social e da insignificância	369
4.1. Princípio da adequação social	369
4.2. Princípio da insignificância	370

CAPÍTULO XIX | TIPO DE INJUSTO CULPOSO

1. Definição do tipo de injusto culposo	371
2. Elementos do tipo de injusto culposo	374
2.1. Inobservância do cuidado objetivo devido e princípio da confiança	374
2.2. Produção de um resultado e nexos causal	376
2.3. Previsibilidade objetiva do resultado	377
2.4. Conexão interna entre desvalor da ação e desvalor do resultado ..	378
3. Modalidades de culpa	379
4. Espécies de culpa	381
4.1. Culpa consciente ou com representação	382
4.2. Culpa inconsciente ou sem representação	383
4.3. Culpa imprópria ou culpa por assimilação	383
5. Distinção entre dolo eventual e culpa consciente	385
6. Concorrência e compensação de culpas	386
7. Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado	387

CAPÍTULO XX | A ANTIJURIDICIDADE

1. Considerações gerais. Antecedentes da antijuridicidade	388
2. Terminologia: antijuridicidade e injusto. Antinormatividade e antijuridicidade. Ilicitude e antijuridicidade	390
3. Antijuridicidade formal e antijuridicidade material	391
3.1. Concepção unitária de antijuridicidade	393
4. Antijuridicidade genérica e antijuridicidade específica	394
4.1. Antijuridicidade penal e antijuridicidade extrapenal: ilicitude única e independência de instâncias	396
5. Desvalor da ação e desvalor do resultado	399

CAPÍTULO XXI | CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO

1. Excludentes de antijuridicidade ou causas de justificação	402
2. Elementos objetivos e subjetivos das causas de justificação	404
3. Consentimento do ofendido como causa supralegal de justificação	405
4. Excesso nas causas de justificação	408
5. Estado de necessidade	409

5.1. Estado de necessidade “justificante” e estado de necessidade “exculpante”	411
5.1.1. Estado de necessidade e colisão de deveres	414
5.2. Requisitos do estado de necessidade	416
5.2.1. Existência de perigo atual e inevitável	417
5.2.2. Direito (bem jurídico) próprio ou alheio	418
5.2.3. Não provocação voluntária do perigo	419
5.2.4. Inevitabilidade do perigo por outro meio	420
5.2.5. Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado	420
5.2.6. Elemento subjetivo: finalidade de salvar o bem do perigo ..	421
5.2.7. Ausência de dever legal de enfrentar o perigo	421
5.3. Causa de diminuição de pena (minorante)	422
6. Legítima defesa	422
6.1. Considerações gerais	422
6.2. Fundamento e natureza jurídica	423
6.3. Conceito e requisitos	424
6.3.1. Agressão injusta, atual ou iminente	424
6.3.2. Direito (bem jurídico) próprio ou alheio	426
6.3.3. Meios necessários, usados moderadamente (proporcionalidade)	427
6.3.4. Elemento subjetivo: <i>animus defendendi</i>	428
6.4. Legítima defesa sucessiva e recíproca	429
6.5. Legítima defesa e estado de necessidade	429
7. Outras excludentes de criminalidade	430
7.1. Estricto cumprimento de dever legal	430
7.2. Exercício regular de direito	432
7.3. <i>Offendiculas</i>	433
7.4. O excesso nas causas de justificação à luz da Reforma Penal de 1984	434

CAPÍTULO XXII | A CULPABILIDADE

1. Considerações introdutórias	436
2. Culpabilidade como predicado do crime	438
3. Antecedentes das modernas teorias da culpabilidade	441
4. Teoria psicológica da culpabilidade	441
4.1. Crítica à teoria psicológica	443
5. Precursores da teoria psicológico-normativa da culpabilidade	444
6. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	446
6.1. Crítica à teoria psicológico-normativa	447

CAPÍTULO XXIII | TEORIA NORMATIVA PURA DA CULPABILIDADE: SIGNIFICADO, CRISE E EVOLUÇÃO

1. Considerações genéricas.....	449
2. Definição e fundamento da culpabilidade normativa pura	451
3. Elementos da culpabilidade normativa pura	456
3.1. Imputabilidade	456
3.2. Possibilidade de conhecimento da ilicitude do fato	457
3.3. Exigibilidade de obediência ao Direito.....	458
4. A importância da teoria finalista da ação para a teoria normativa pu- ra da culpabilidade	459
5. Os problemas do livre-arbítrio na fundamentação da reprovação de culpabilidade	460
6. Crise da teoria normativa pura da culpabilidade.....	464
7. O conceito funcional de culpabilidade	465
7.1. Culpabilidade e prevenção na visão de Roxin.....	466
7.2. Culpabilidade e prevenção na visão de Jakobs.....	468
8. A teoria da motivabilidade pelas normas	469

CAPÍTULO XXIV | EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE

1. Inimputabilidade e culpabilidade diminuída	473
1.1. Imputabilidade e sistemas adotados.....	473
1.2. Inimputabilidade	474
1.2.1. Responsabilidade do menor pela prática de ato infracional (ECA).....	476
1.2.2. Menoridade	476
1.2.3. Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	479
1.3. Culpabilidade diminuída	481
1.4. Consequências jurídico-penais	482
2. Coação moral irresistível e obediência hierárquica.....	483
2.1. Coação moral irresistível	483
2.2. Obediência hierárquica	486
2.2.1. Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar	488
3. A emoção e a paixão.....	489
4. A embriaguez e substâncias de efeitos análogos	491
4.1. Generalidades e <i>actio libera in causa</i>	491
4.2. Formas ou modalidades de embriaguez	495
4.2.1. Embriaguez não acidental: intencional ou culposa	495
4.2.2. Embriaguez acidental: caso fortuito ou força maior	496
4.2.3. Embriaguez preordenada	497

4.2.4. Embriaguez habitual e patológica	498
5. Erro de proibição.....	499
6. Caso fortuito e força maior.....	499

CAPÍTULO XXV | ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Considerações introdutórias	501
2. Ausência de conhecimento da ilicitude e ignorância da lei	502
3. Teorias do dolo e da culpabilidade.....	505
4. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	510
5. Erro de tipo e erro de proibição	511
5.1. Erro sobre elementos normativos especiais da ilicitude	514
6. Erro sobre pressuposto objetivo da causa de justificação	516
6.1. Um erro <i>sui generis</i> : considerações críticas	519
6.2. “Erro culposo” não se confunde com “crime culposo”.....	520
7. Modalidades de erro sobre a ilicitude	522
7.1. Erro de proibição direto	523
7.2. Erro mandamental.....	523
7.3. Erro de proibição indireto	524
8. A discutível escusabilidade de determinados erros	525

CAPÍTULO XXVI | CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO

1. Crime consumado.....	528
2. Tentativa.....	529
3. <i>Iter criminis</i>	530
4. Distinção entre atos preparatórios e atos executórios	532
5. Natureza e tipicidade da tentativa.....	533
6. Elementos da tentativa.....	534
7. Espécies ou formas de tentativas	535
8. Punibilidade da tentativa	536
9. Infrações que não admitem tentativa	537
10. Desistência voluntária.....	539
11. Arrependimento eficaz.....	540
12. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	540
13. Crime impossível ou tentativa inidônea	542
13.1. Punibilidade do crime impossível.....	542
14. Crime putativo.....	543
15. Flagrante provocado	543

CAPÍTULO XXVII | CONCURSO DE PESSOAS

1. Introdução	546
2. Teorias sobre o concurso de pessoas	547
3. Causalidade física e psíquica	550
4. Requisitos do concurso de pessoas	552
5. Autoria	553
5.1. Conceito extensivo de autor	554
5.2. Conceito restritivo de autor	555
5.3. Teoria do domínio do fato	557
6. Autoria mediata	559
7. Coautoria	560
8. Participação em sentido estrito	561
8.1. Espécies de participação	562
8.2. Fundamento da punibilidade da participação	564
8.3. Princípio da acessoriedade da participação	565
9. Concurso em crime culposo	567
10. Concurso em crimes omissivos	568
11. Autoria colateral	569
12. Multidão delinquente	570
13. Participação impunível	571
14. Punibilidade do concurso de pessoas	571
14.1. Participação de menor importância	572
14.2. Cooperação dolosamente distinta	572
15. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares	574

TERCEIRA PARTE**CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO****CAPÍTULO XXVIII | HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA PENA DE PRISÃO**

1. Considerações introdutórias	577
2. A Antiguidade	578
3. A Idade Média	579
4. A Idade Moderna	582
5. Causas que levaram à transformação da prisão-custódia em prisão-pena	585
6. Início e fim de um mito	592
7. Análise político-criminal da reincidência	597
8. O objetivo ressocializador na visão da Criminologia Crítica	600

8.1. Algumas sugestões de Alessandro Baratta para combater a delinquência	601
9. O objetivo ressocializador “mínimo”	607

CAPÍTULO XXIX | PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Considerações gerais	610
2. Reclusão e detenção	612
3. Regimes penais	614
3.1. Regras do regime fechado	614
3.2. Regras do regime semiaberto	615
3.3. Regras do regime aberto	616
3.4. Regras do regime disciplinar diferenciado	616
4. Regime inicial	617
4.1. Regime inicial nos crimes hediondos	620
5. Prisão domiciliar	620
6. Progressão e regressão	622
6.1. Progressão	622
6.1.1. A progressão nos crimes hediondos	623
6.1.2. A progressão nos crimes hediondos a partir da Lei n. 9.455/97	624
6.1.3. Progressão de regime antes do trânsito em julgado de decisão condenatória (Súmula 716)	628
6.2. Regressão	628
6.3. Requisitos da progressão	629
7. Exame criminológico	631
7.1. Exame criminológico e exame de personalidade	633
7.2. Obrigatoriedade do exame criminológico	633
8. Detração penal	635
9. Trabalho prisional	637
10. Remição pelo trabalho e pelo estudo	637
10.1. Remição pelo trabalho em regime aberto: possibilidade segundo os princípios da isonomia e da analogia	640
10.2. Prática de falta grave pode revogar a remição de até 1/3 (um terço) da pena remida	642
10.3. Prescrição de falta grave praticada após cinco anos de remição ...	643
11. Regime disciplinar diferenciado	644
11.1. Considerações preliminares	644
11.2. A previsão legal do regime disciplinar diferenciado	646

CAPÍTULO XXX | PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Considerações gerais	651
2. Antecedentes das penas alternativas	652
3. Cominação e aplicação das penas alternativas	656
4. Requisitos ou pressupostos necessários à substituição	659

4.1.	Novos aspectos nos critérios orientadores da substituição	663
4.1.1.	Substituição nos crimes culposos.....	663
4.1.2.	Anormalidade das circunstâncias: (in)suficiência da substituição da pena de prisão no homicídio culposo de trânsito	664
4.1.3.	Substituição nas penas de até um ano de prisão	668
4.1.4.	Substituição nas penas de até seis meses de prisão.....	669
5.	Espécies de penas restritivas.....	670
5.1.	Prestação pecuniária	670
5.1.1.	Definição e destinatários da “prestação pecuniária”	670
5.1.2.	Injustificada limitação da “compensação”: condenação em ação reparatória	670
5.1.3.	Possibilidade de estender a “compensação” às conciliações cíveis	671
5.1.4.	Sanção penal fixada em salários mínimos: duvidosa constitucionalidade	671
5.2.	Perda de bens e valores	672
5.2.1.	Distinção entre “confisco-pena” e “confisco-efeito da condenação”	672
5.2.2.	Limites do confisco	673
5.3.	Prestação de outra natureza (inominada).....	673
5.3.1.	Natureza consensual dessa “conversão”	674
5.3.2.	“Conversão” somente da “prestação pecuniária”: seu fundamento.....	674
5.4.	Limitação de fim de semana	675
5.5.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	678
5.6.	Interdição temporária de direitos	682
6.	Penas restritivas como incidente de execução.....	689
7.	Conversão das penas restritivas de direitos	691
7.1.	Novos aspectos relativos à conversão	691
7.1.1.	Coercibilidade da conversão	691
7.1.2.	Limite temporal da conversão e detração penal.....	691
7.1.3.	Ressalva: <i>quantum</i> mínimo de conversão.....	692
7.1.4.	Exclusão das penas pecuniárias da “conversibilidade” à pena de prisão.....	692
7.2.	Causas gerais de conversão	693
7.3.	Causas especiais de conversão	697
8.	Consentimento do condenado.....	699
9.	Crimes hediondos e a Lei n. 9.714/98	700

10. Conflito político-criminal entre as Leis n. 9.714/98 e 9.099/95.....	703
10.1. Lesão corporal leve dolosa, ameaça e constrangimento ilegal	704
11. Limites das novas penas alternativas e a suspensão condicional do processo	705
11.1. Divergência quanto aos requisitos de admissibilidade.....	706
12. Novas penas alternativas e prisão processual: incompatibilidade	708

CAPÍTULO XXXI | APLICAÇÃO SUBSTITUTIVA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NAS LEIS N. 9.503/97 E 9.605/98

1. Considerações gerais.....	710
2. Aplicação <i>substitutiva</i> ou <i>alternativa</i> das penas “restritivas de direitos” no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97)	710
2.1. Aplicação dos postulados da Lei n. 9.099/95 nas infrações penais definidas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97)	712
2.1.1. Crimes relacionados no parágrafo único do art. 291 do CTB	713
2.1.2. Natureza da ação penal dos crimes relacionados no parágrafo único do art. 291 do CTB.....	717
3. Aplicação <i>substitutiva</i> ou <i>alternativa</i> das penas “restritivas de direitos” nas infrações definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98)	723
3.1. Aplicação dos postulados da Lei n. 9.099/95 nas infrações penais definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98).....	723
3.1.1. A transação penal na nova Lei Ambiental	724
3.1.2. Prévia composição ou prévia reparação do dano.....	724
3.1.3. Comprovada impossibilidade de composição do dano	726
3.1.4. A suspensão condicional do processo.....	727
3.1.5. Limites constitucionais da transação penal.....	728

CAPÍTULO XXXII | OUTRAS PENAS ALTERNATIVAS

1. Síntese dos fundamentos da Exposição de Motivos relativos aos aspectos vetados	730
2. Razões dos vetos presidenciais	731
3. Recolhimento domiciliar	732
3.1. Prisão domiciliar disciplinada na Lei de Execução Penal.....	733
4. Advertência, frequência a curso e submissão a tratamento	735
4.1. A pena de “advertência”	735
4.2. Pena de “frequência a curso”	740
4.3. Pena de “submissão a tratamento”	740
5. Advertência e comparecimento a programa ou curso educativo (Lei n. 11.343/2006)	743

5.1. Natureza jurídica das sanções cominadas à infração cometida pelo usuário de drogas.....	746
5.2. Conteúdo da advertência sobre os efeitos das drogas e da medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo ..	747

CAPÍTULO XXXIII | PENAS PECUNIÁRIAS

1. Considerações gerais.....	750
2. Origens das penas pecuniárias	751
3. Conceito e tipos de penas pecuniárias.....	752
4. Origem do sistema dias-multa.....	755
5. O Direito Penal positivo brasileiro.....	756
5.1. Cominação e aplicação da pena de multa	756
5.2. O sistema dias-multa	757
5.3. Limites da pena de multa.....	757
5.4. Dosimetria da pena de multa	759
5.5. Multa substitutiva	760
6. Aplicação na legislação extravagante	760
7. Fase executória da pena pecuniária.....	761
7.1. Pagamento da multa	761
7.2. Formas de pagamento da multa.....	763
7.3. Conversão da multa na versão da Reforma Penal de 1984.....	764
8. A competência para a execução da pena de multa à luz da Lei n. 9.268/96	765
9. A inevitável prescrição durante a execução	768

CAPÍTULO XXXIV | APLICAÇÃO DA PENA

1. Individualização da pena	770
2. Circunstâncias e elementares do crime	771
3. Circunstâncias judiciais.....	772
3.1. Circunstâncias judiciais nos denominados “crimes societários”.	777
4. Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes genéricas.....	779
4.1. Circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes	780
5. Causas de aumento e de diminuição da pena	781
6. Dosimetria da pena.....	782
6.1. Pena-base: circunstâncias judiciais.....	782
6.2. Pena provisória: agravantes e atenuantes.....	784
6.2.1. Pena aquém do mínimo: uma garantia constitucional	784
6.3. Pena definitiva.....	787

CAPÍTULO XXXV | CONCURSO DE CRIMES

1. Introdução.....	790
2. Sistemas de aplicação da pena.....	790
3. Espécies de concurso de crimes.....	791
3.1. Concurso material.....	791
3.2. Concurso formal.....	791
3.3. Crime continuado.....	792
3.3.1. Origem histórica.....	792
3.3.2. Definição do crime continuado.....	792
3.3.3. Natureza jurídica do crime continuado.....	792
3.3.4. Teorias do crime continuado.....	794
3.3.5. Requisitos do crime continuado.....	795
3.3.6. Crime continuado específico.....	796
4. Dosimetria da pena no concurso de crimes.....	797
5. Erro na execução — <i>aberratio ictus</i>	798
5.1. Qualidades da vítima.....	799
6. Resultado diverso do pretendido.....	799
7. Limite de cumprimento da pena de prisão.....	800

CAPÍTULO XXXVI | SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Origem e desenvolvimento do instituto.....	801
2. Conceito e denominação do instituto.....	802
3. Natureza jurídica.....	804
4. A suspensão condicional no Direito positivo brasileiro.....	806
4.1. Requisitos ou pressupostos necessários.....	808
4.2. Espécies de suspensão condicional.....	812
4.2.1. Condições do <i>sursis</i>	813
4.3. O período de prova.....	814
4.3.1. Causas de revogação obrigatória.....	815
4.3.2. Causas de revogação facultativa.....	816
4.4. Prorrogação do período de prova.....	818
5. Extinção da pena privativa de liberdade.....	819

CAPÍTULO XXXVII | LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Origem e desenvolvimento do livramento condicional.....	820
2. Conceito e caracteres da liberdade condicional.....	822
3. Natureza jurídica da liberdade condicional.....	823
4. A liberdade condicional no Direito brasileiro.....	824

5. Requisitos ou pressupostos necessários	825
5.1. Requisitos ou pressupostos objetivos	825
5.2. Requisitos ou pressupostos subjetivos.....	828
5.3. Requisito específico	832
6. Condições do livramento condicional	834
6.1. Condições de imposição obrigatória	834
6.2. Condições de imposição facultativa	836
7. Causas de revogação do livramento condicional	838
7.1. Causas de revogação obrigatória	838
7.2. Causas de revogação facultativa	840
8. Suspensão do livramento condicional	841
9. Efeitos de nova condenação	842
10. Prorrogação do livramento e extinção da pena	844

CAPÍTULO XXXVIII | EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO

1. Efeitos gerais.....	846
2. Efeitos extrapenais.....	846
2.1. Efeitos genéricos	846
2.2. Efeitos específicos	849
2.3. Perda de cargo ou função pública, por condenação criminal a pena inferior a um ano	852
3. Reabilitação.....	853
3.1. Pressupostos e requisitos necessários	854
3.2. Efeitos da reabilitação	855
3.3. Revogação da reabilitação	857
3.4. Competência e recurso.....	857

CAPÍTULO XXXIX | MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Considerações introdutórias	858
2. Diferenças entre pena e medida de segurança.....	859
3. Princípio da legalidade.....	859
4. Pressupostos ou requisitos para aplicação da medida de segurança.....	859
5. Espécies de medidas de segurança	860
6. Tipos de estabelecimentos	861
7. Prescrição e extinção da punibilidade	862
8. Prazo de duração da medida de segurança: limites mínimo e máximo...	863
9. Execução, suspensão e extinção da medida de segurança.....	865

10. Substituição da pena por medida de segurança	865
11. Verificação da cessação de periculosidade.....	867
CAPÍTULO XL A AÇÃO PENAL	
1. Considerações introdutórias	869
2. Espécies de ação penal	870
2.1. Ação penal pública	870
2.2. Ação penal privada.....	871
3. Representação criminal e requisição do Ministro da Justiça.....	873
3.1. Irretratabilidade da representação	873
4. Decadência do direito de queixa e de representação.....	874
4.1. Renúncia ao direito de queixa	875
4.2. A renúncia nos Juizados Especiais Criminais	877
5. Perdão do ofendido.....	878
5.1. Divisão, extensão e aceitação do perdão.....	878
5.2. Limites temporais do perdão e da renúncia.....	879
CAPÍTULO XLI DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
1. Considerações gerais.....	880
2. Causas extintivas da punibilidade	881
2.1. Morte do agente	881
2.2. Anistia, graça e indulto	881
2.3. <i>Abolitio criminis</i>	882
2.4. Prescrição, decadência e perempção.....	882
2.5. Renúncia e perdão	883
2.6. Retratação do agente	883
2.7. Casamento do agente com a vítima.....	884
2.8. Casamento da vítima com terceiro.....	885
2.9. Perdão judicial.....	885
CAPÍTULO XLII PRESCRIÇÃO	
1. Considerações introdutórias	887
2. Fundamentos políticos da prescrição	888
3. Espécies de prescrição	890
3.1. Prescrição da pretensão punitiva.....	891
3.1.1. Prescrição da pretensão punitiva abstrata	891
3.1.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	892
3.1.3. Supressão de parcela da prescrição retroativa: inconstitucionalidade manifesta	894

3.1.3.1. Supressão de parcela do lapso prescricional e violação do princípio da proporcionalidade	898
3.1.3.2. Violação da garantia constitucional da duração razoável do processo.....	903
3.1.4. Prescrição da pretensão punitiva intercorrente ou subsequente	908
3.2. Prescrição da pretensão executória	909
4. Termo inicial da prescrição	910
5. Causas modificadoras do curso prescricional.....	914
5.1. Suspensão do prazo prescricional	914
5.1.1. Novas causas suspensivas da prescrição	915
5.1.2. Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do CPP: correção da Súmula 415 do STJ.....	917
5.2. Interrupção do prazo prescricional	919
5.2.1. Recebimento da denúncia ou da queixa (I).....	919
5.2.2. Pronúncia (II).....	920
5.2.3. Decisão confirmatória da pronúncia (III)	920
5.2.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatório recorridos (IV)	920
5.2.5. Início ou continuação do cumprimento da pena (V).....	923
5.2.6. Reincidência (VI)	923
5.3. Recebimento da denúncia: causas de rejeição e absolvição sumária	924
5.4. Recebimento da denúncia: contraditório antecipado e reflexos na prescrição	926
5.5. Causas redutoras do prazo prescricional.....	927
6. Prescrição da pena de multa.....	927
<i>Bibliografia</i>	929

TRATADO DE DIREITO PENAL

Cezar
Roberto
Bitencourt

Volume 2

PARTE ESPECIAL

(Arts. 121 a 154-B)

*Crimes contra
a pessoa*

20ª edição

revista e atualizada

De acordo com a Lei n. 13.869, de 5-9-2019

2020

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0767-9 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Bitencourt, Cezar Roberto

Parte especial : crimes contra a pessoa / Cezar Roberto
Bitencourt. – Coleção Tratado de direito penal volume 2 – 20.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
680 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1527-8 (impresso)

1. Direito penal I. Título.

20-0198

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343.1

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Breno Lopes de Souza Josiane de Araujo Rodrigues Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Markelangelo Design e Projetos Editoriais
Revisão	Magda Carlos
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 4-1-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606298 CAE 705999

 ÍNDICE

<i>Publicações do autor</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Nota do autor à 20ª edição</i>	27
<i>Nota do autor à 3ª edição</i>	29

CAPÍTULO I | CRIMES CONTRA A PESSOA E RESPONSABILIDADE PENAL

1. Considerações introdutórias	31
2. Princípio da reserva legal e Estado Democrático de Direito	32
3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	34
3.1 Antecedentes históricos.....	35
3.1.1 O Direito Romano	35
3.1.2 Os glosadores.....	36
3.1.3 Os canonistas.....	37
3.1.4 Os pós-glosadores	38
3.2 Incompatibilidades dogmáticas da responsabilidade penal da pessoa jurídica	39
3.2.1 Função do Direito Penal.....	40
3.2.2 A (in)capacidade de ação da pessoa jurídica.....	40
3.2.3 A (in)capacidade de culpabilidade das pessoas jurídicas.....	43
3.3 Criminalidade moderna e Direito Administrativo sancionador	45
3.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica à luz da Constituição Federal.....	47

CAPÍTULO II | HOMICÍDIO

1. Considerações preliminares.....	56
2. Bem jurídico tutelado.....	57
3. Sujeitos ativo e passivo	59
3.1 Sujeito passivo especial	60
4. Tipo objetivo: adequação típica	62
4.1 Materialidade do homicídio: crime que deixa vestígios	63
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	68
6. Consumação e tentativa	72
6.1 Circunstâncias alheias à vontade do agente	75
7. Tentativa branca: homicídio e perigo para a vida ou saúde de outrem	76

8. Classificação doutrinária	77
9. Figuras típicas do homicídio	77
10. Homicídio simples	78
10.1 Homicídio simples e crime hediondo: atividade típica de grupo de extermínio	79
11. Homicídio privilegiado	80
11.1 Impelido por motivo de relevante valor social.....	81
11.2 Impelido por motivo de relevante valor moral	81
11.3 Sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima	82
11.4 Homicídio privilegiado: obrigatoriedade da redução de pena	86
11.5 Concurso com qualificadoras subjetivas: homicídio privilegiado/ qualificado.....	87
12. Homicídio qualificado	88
12.1 Motivos qualificadores	88
12.2 Meios qualificadores.....	91
12.3 Modos qualificadores	95
12.4 Fins qualificadores.....	97
13. Homicídio discriminatório por razões de gênero.....	98
13.1 Impropriedade terminológica: “feminicídio”	99
13.2 Matar alguém: feminicídio ou homicídio	100
13.3 Elementos qualificadores do feminicídio.....	101
13.3.1 Violência doméstica e familiar	102
13.3.2 Menosprezo ou discriminação da mulher.....	102
13.4 Sujeitos ativo e passivo	103
13.4.1 Sujeito ativo.....	103
13.4.2 Sujeito passivo	103
13.5 Majorantes ou causas especiais de aumentos	106
13.5.1 Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto	106
13.5.2 Contra pessoa menor de 14 (catorze) anos e maior de 60 (sessenta), com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental.....	107
13.5.3 Na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima	108
13.5.4 Em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei n. 11.340, de agosto de 2006	109
14. Homicídio cometido contra integrantes de órgãos da segurança pública e seus familiares.....	109
14.1 Sujeito ativo do homicídio qualificado.....	110

14.2	Sujeitos passivos do crime.....	110
14.2.1	Extensão da qualificadora para outros agentes	112
14.2.1.1	Guardas municipais.....	112
14.2.1.2	Agentes de segurança viária.....	112
14.2.1.3	Servidores aposentados: regra geral, não integram .	113
14.2.2	Familiares das autoridades, agentes e integrantes dos órgãos de segurança pública	113
14.2.3	Parentes por afinidade não estão abrangidos.....	113
14.3	No exercício da função ou em decorrência dela	114
14.4	Filho adotivo — parentesco civil.....	114
15.	Homicídio culposo.....	116
15.1	Estrutura típica do crime culposo	119
15.2	Relação de causalidade no homicídio culposo	122
15.3	Culpa imprópria e erro culposo	123
15.4	Dolo eventual e culpa consciente	123
15.5	Concorrência e compensação de culpas	125
15.6	Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado	125
15.6.1	Inadmissibilidade de tentativa no homicídio preterintencional .	126
15.7	Concurso de pessoas em homicídio culposo.....	127
15.8	Homicídio culposo no trânsito	128
15.8.1	Capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou substância psicoativa	129
15.8.2	Desvalor da ação e desvalor do resultado nos crimes culposos de trânsito.....	131
16.	A multa reparatória no Código de Trânsito Brasileiro	134
17.	Majorantes do crime de homicídio.....	138
17.1	Majorante para o homicídio culposo (§ 4º, 1ª parte)	138
17.1.1	Natureza da omissão de socorro no homicídio culposo: omissão própria ou omissão imprópria	140
17.2	Homicídio doloso contra menor de 14 anos ou maior de 60 anos (§ 4º, 2ª parte)	142
17.3	Homicídio doloso praticado por milícia privada.....	143
18.	Isenção de pena ou perdão judicial: natureza jurídica	144
19.	Homicídio e <i>aberratio ictus</i>	146
20.	Inexigibilidade de outra conduta: coação irresistível e obediência hierárquica	147
21.	Crime impossível ou tentativa inidônea	151
22.	Pena e ação penal.....	152

CAPÍTULO III | HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR

1.	Considerações preliminares.....	156
----	---------------------------------	-----

2. Bem jurídico tutelado.....	157
3. Desvalor da ação e desvalor do resultado nos crimes culposos de trânsito	159
4. Sujeitos ativo e passivo	164
5. Tipo objetivo: adequação típica	165
5.1 Estrutura típica do crime culposo	167
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	170
6.1 Dolo eventual e culpa consciente	172
6.2 Concorrência e compensação de culpas	175
7. Homicídio culposo de trânsito qualificado.....	175
7.1 Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência...	177
7.2 Semelhanças e dessemelhanças das locuções “sob influência de bebida alcoólica” e com capacidade psicomotora alterada pela influência de álcool.....	178
8. Concurso de pessoas em homicídio culposo.....	179
9. Majorantes do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor	181
9.1 Ausência de permissão para dirigir ou de carteira de habilitação	181
9.2 Homicídio culposo praticado em faixa de pedestres ou na calçada .	182
9.3 Omissão de socorro à vítima do acidente	183
9.4 Homicídio culposo praticado por motorista profissional na direção de veículo de transporte de passageiros.....	185
10. Conflito de normas mais que aparente: § 2º do art. 302 e art. 308, § 2º..	185
11. Consumação e tentativa	187
12. Classificação doutrinária	187
13. Aplicabilidade do perdão judicial.....	187
14. (In)suficiência da substituição da pena de prisão no homicídio culposo de trânsito	189
14.1 <i>Modus operandi</i> : sem violência ou grave ameaça à pessoa (art. 44, I, CP) — desvalor da ação e do resultado	193
14.2 Desvalor da ação e desvalor do resultado como objetos de valoração do injusto culpável.....	193
14.3 Valoração (negativa) das circunstâncias do crime: omissão da sentença	197
15. Penas e ação penal	200
CAPÍTULO IV INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO E À AUTOMUTILAÇÃO	
1. Considerações preliminares.....	202
2. Bem jurídico tutelado.....	204
3. Natureza jurídica da morte e das lesões corporais de natureza grave	205
4. Sujeitos ativo e passivo	207
5. Tipo objetivo: adequação típica	209
5.1 Prestação de auxílio mediante omissão	211

6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	212
7. Consumação e tentativa de auxílio ao suicídio ou à automutilação	213
7.1 <i>Nomen iuris</i> e estrutura do tipo penal	215
7.2 Crime material: plurissubsistente	215
7.3 Espécie de tentativa	217
8. Classificação doutrinária	218
9. Causas de aumento de pena e transformação da imputação.....	219
9.1 Duplicação da pena em razão da motivação, menoridade ou diminuição da capacidade de resistência (§ 3º)	219
9.2 A pena é aumentada até o dobro se a conduta for realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real (§ 4º).....	223
9.3 A pena é aumentada em metade se o agente for líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (§ 5º).....	223
9.4 A infeliz transformação de um crime tentado em outro consumado mais grave	224
9.5 A vulnerabilidade absoluta da vítima converte suicídio e automutilação em homicídio.....	227
9.5.1 Abrangência do conceito de vulnerabilidade e da violência implícita.....	227
9.6 Autoria mediata e a teoria do domínio o fato	228
10. Questões especiais.....	231
11. Pena e ação penal.....	233

CAPÍTULO V | INFANTICÍDIO

1. Considerações preliminares.....	235
2. Bem jurídico tutelado.....	236
3. Sujeitos ativo e passivo	236
4. O estado puerperal como elementar normativa.....	237
5. Elemento normativo temporal	239
6. Tipo objetivo: adequação típica	240
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	241
8. Consumação e tentativa.....	243
9. Concurso de pessoas no <i>delictum exceptum</i>	244
10. Classificação doutrinária	248
11. Pena e ação penal.....	248

CAPÍTULO VI | ABORTO

1. Considerações preliminares.....	250
2. Bem jurídico tutelado.....	251
3. Sujeitos ativo e passivo	251
4. Tipo objetivo: adequação típica	252

5. Espécies de aborto criminoso.....	253
5.1 Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento	253
5.1.1 Aborto “consentido” e teoria monística da ação.....	254
5.2 Aborto provocado sem consentimento da gestante	255
5.3 Aborto provocado com consentimento da gestante.....	256
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	256
7. Consumação e tentativa	257
8. Classificação doutrinária	258
9. Figuras majoradas de aborto.....	258
10. Excludentes especiais da ilicitude: aborto necessário e aborto humanitário	259
10.1 Aborto necessário ou terapêutico.....	260
10.2 Aborto humanitário ou ético	261
10.3 Aborto necessário ou humanitário praticados por enfermeira.....	262
10.4 Aborto anencefálico: respeito à dignidade humana da gestante.....	263
10.4.1 Inexigibilidade de conduta diversa: ausência de fundamento para censura social.....	271
11. Ação penal e sanção penal	275

CAPÍTULO VII | LESÃO CORPORAL

1. Considerações preliminares.....	278
2. Bem jurídico tutelado.....	278
3. Sujeitos ativo e passivo	279
4. Autolesão: impunível	279
5. Tipo objetivo: adequação típica	280
6. Lesão corporal leve e princípio da insignificância	281
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	282
8. Consumação e tentativa	283
9. Classificação doutrinária	284
10. Lesão corporal leve ou simples.....	284
11. Lesão corporal preterdolosa: previsão legal	284
12. Lesão corporal grave.....	286
12.1 Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias.....	286
12.1.1 Exame complementar: validade.....	287
12.2 Perigo de vida	287
12.3 Debilidade permanente de membro, sentido ou função.....	288
12.4 Aceleração de parto	289
13. Lesão corporal gravíssima.....	289
13.1 Incapacidade permanente para o trabalho	290
13.2 Enfermidade incurável	290
13.3 Perda ou inutilização de membro, sentido ou função.....	291
13.4 Deformidade permanente	292

13.5 Aborto.....	293
14. Lesão corporal seguida de morte.....	293
15. Lesões majoradas.....	294
15.1 Lesão corporal praticada por milícia privada.....	294
15.2 Lesão corporal dolosa contra policiais e familiares.....	295
16. Figuras privilegiadas.....	296
16.1 Lesões corporais privilegiadas: obrigatoriedade da redução de pena.....	299
17. Lesão corporal culposa.....	299
18. Isenção de pena ou perdão judicial.....	300
19. Violência doméstica ou lesões corporais domésticas.....	301
19.1 Considerações preliminares.....	301
19.2 Violência doméstica: adequação típica.....	302
19.3 Violência e lesão corporal: distinção.....	306
19.4 Natureza da ação penal no crime de “violência doméstica”.....	307
19.5 Descumprimento de medidas protetivas de urgência.....	308
19.5.1 Bem jurídico tutelado.....	309
19.5.2 Sujeitos do crime.....	309
19.5.3 Tipo objetivo: adequação típica.....	309
19.5.4 Tipo subjetivo: adequação típica.....	309
20. Pena e ação penal.....	310

CAPÍTULO VIII | LESÃO CORPORAL CULPOSA NO TRÂNSITO

1. Considerações preliminares.....	311
2. Bem jurídico tutelado.....	312
3. Sujeitos ativo e passivo.....	313
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	313
5. Elementos estruturais da lesão corporal culposa.....	316
6. Causas especiais de aumento de pena na lesão corporal culposa.....	316
6.1 Ausência de permissão para dirigir ou de carteira de habilitação....	317
6.2 Lesão corporal culposa praticada em faixa de pedestres ou na calçada.....	318
6.3 Omissão de socorro à vítima do acidente.....	318
6.4 Lesão corporal culposa praticada por motorista profissional na direção de veículo de transporte de passageiros.....	320
7. Lesão corporal culposa qualificada.....	320
7.1 Capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa.....	322
7.2 Que do crime resulte lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.....	325
7.2.1 Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias.....	325
7.2.2 Perigo de vida.....	326
7.2.3 Debilidade permanente de membro, sentido ou função.....	327

7.2.4	Aceleração de parto	327
7.3	Lesão corporal gravíssima	328
7.3.1	Incapacidade permanente para o trabalho.....	328
7.3.2	Enfermidade incurável	329
7.3.3	Perda ou inutilização de membro, sentido ou função	330
7.3.4	Deformidade permanente.....	331
7.3.5	Aborto.....	331
8.	Tipo subjetivo: adequação típica da lesão qualificada culposa	332
9.	Consumação e tentativa	333
10.	Classificação doutrinária	333
11.	Aplicabilidade do perdão judicial.....	334
12.	Pena e natureza da ação penal	334

CAPÍTULO IX | PERIGO DE CONTÁGIO VENÉREO

1.	Considerações preliminares.....	335
2.	Bem jurídico tutelado.....	336
3.	Sujeitos ativo e passivo	337
4.	Tipo objetivo: adequação típica	338
4.1	Tipo penal aberto e norma penal em branco.....	339
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	340
5.1	Elementos normativos: “sabe” ou “deve saber”	341
5.1.1	Postulados fundamentais das teorias do dolo e da culpabilidade	341
5.1.2	Sentido e função das elementares “sabe” e “deve saber” na definição do crime de perigo de contágio venéreo	343
5.2	Espécies de dolo: direto e eventual.....	345
5.2.1	Dolo direto e eventual — “sabe” que está contaminado	346
5.2.2	Dolo eventual — “deve saber” que está contaminado.....	347
5.2.3	Qualificadora e elemento subjetivo especial do tipo.....	348
6.	Consumação e tentativa	349
7.	Crime impossível	349
8.	Classificação doutrinária	350
9.	Formas qualificadas	350
10.	Concurso de crimes e princípio da subsidiariedade	350
11.	Pena e ação penal.....	352

CAPÍTULO X | PERIGO DE CONTÁGIO DE MOLÉSTIA GRAVE

1.	Considerações preliminares.....	353
2.	Bem jurídico tutelado.....	354
3.	Sujeitos ativo e passivo	354
4.	Tipo objetivo: adequação típica	354
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	356
5.1	Dolo direto — elemento subjetivo geral.....	357

5.2	Elemento subjetivo especial do tipo e dolo eventual.....	357
5.2.1	Elemento subjetivo especial do tipo ou elemento subjetivo especial do injusto.....	358
5.2.2	Delitos de intenção.....	359
6.	Consumação e tentativa.....	360
7.	Crime impossível.....	360
8.	Erro de tipo e erro de proibição.....	360
9.	Classificação doutrinária.....	362
10.	Questões especiais.....	362
11.	Pena e ação penal.....	363

CAPÍTULO XI | PERIGO PARA A VIDA OU SAÚDE DE OUTREM

1.	Considerações preliminares.....	364
2.	Bem jurídico tutelado.....	366
3.	Sujeitos ativo e passivo.....	366
4.	Tipo objetivo: adequação típica.....	367
4.1	Subsidiariedade típica.....	369
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	369
6.	Exclusão do crime.....	370
7.	Consumação e tentativa.....	370
8.	Classificação doutrinária.....	371
9.	Forma culposa.....	371
10.	Figura majorada: transporte de pessoas para a prestação de serviços.....	372
11.	Perigo para a vida ou saúde de outrem e porte ilegal de arma (Lei n. 10.826/2003).....	372
11.1	Perigo para a vida ou saúde de outrem, disparo de arma de fogo e conflito aparente de normas.....	374
12.	Pena e ação penal.....	378

CAPÍTULO XII | ABANDONO DE INCAPAZ

1.	Considerações preliminares.....	379
2.	Bem jurídico tutelado.....	380
3.	Sujeitos ativo e passivo.....	382
4.	Tipo objetivo: adequação típica.....	384
4.1	Abandono de incapaz e crimes omissivos impróprios: uma visão crítica.....	386
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	388
6.	Consumação e tentativa.....	389
7.	Classificação doutrinária.....	389
8.	Formas qualificadas.....	390
8.1	Majoração de pena.....	390
8.2	Causa de aumento assegurada pelo Estatuto do Idoso: maior de 60 anos.....	391

9. Forma culposa	391
10. Pena e ação penal.....	392
CAPÍTULO XIII EXPOSIÇÃO OU ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO	
1. Considerações preliminares.....	393
2. Bem jurídico tutelado.....	395
3. Sujeitos ativo e passivo	395
4. Tipo objetivo: adequação típica	398
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	400
6. Consumação e tentativa.....	400
7. Classificação doutrinária	401
8. Formas qualificadas.....	401
9. Forma culposa	402
10. Pena e ação penal.....	402
CAPÍTULO XIV OMISSÃO DE SOCORRO	
1. Considerações preliminares.....	403
2. Bem jurídico tutelado.....	404
3. Sujeitos ativo e passivo	406
4. Crimes omissivos próprios	407
5. Tipo objetivo: adequação típica	408
5.1 Elementares típicas: possibilidade e ausência de risco pessoal	409
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	411
7. Concurso de pessoas nos crimes omissivos.....	411
8. Consumação e tentativa.....	413
9. Classificação doutrinária	413
10. Figuras majoradas.....	414
10.1 Figuras majoradas: relação de causalidade.....	414
11. Pena e ação penal.....	414
CAPÍTULO XV CONDICIONAMENTO DE ATENDIMENTO MÉDICO- -HOSPITALAR EMERGENCIAL	
1. Considerações preliminares.....	416
2. Bem jurídico tutelado.....	417
3. Sujeitos ativo e passivo	418
4. Tipo objetivo: adequação típica	418
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	420
6. Classificação doutrinária	420
7. Consumação e tentativa	420
8. Pena e ação penal.....	421
CAPÍTULO XVI MAUS-TRATOS	
1. Considerações preliminares.....	422

2. Bem jurídico tutelado.....	423
3. Sujeitos ativo e passivo	424
4. Elementar especial: relação subordinativa entre sujeitos ativo e passivo...	424
5. Tipo objetivo: adequação típica	425
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	427
7. Consumação e tentativa	428
8. Classificação doutrinária	428
9. Formas qualificadas	428
9.1 Figura majorada	429
10. Pena e ação penal.....	429

CAPÍTULO XVII | RIXA

1. Considerações preliminares.....	430
2. Bem jurídico tutelado.....	431
3. Sujeitos ativo e passivo	432
4. Participantes da rixa	432
5. Tipo objetivo: adequação típica	434
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	434
7. Consumação e tentativa	435
8. Rixa e legítima defesa	435
9. Classificação doutrinária	436
10. Figuras qualificadas	436
11. Pena e ação penal.....	437

CAPÍTULO XVIII | CALÚNIA

1. Considerações preliminares.....	439
2. Bem jurídico tutelado.....	439
2.1 Consentimento do ofendido como excludente de tipicidade.....	440
3. Sujeitos ativo e passivo	441
3.1 Crimes contra a honra e a pessoa jurídica como sujeito passivo.....	443
4. Tipo objetivo: adequação típica	444
4.1 Imputar, falsamente, fato definido como crime	445
4.2 Propalação da calúnia.....	446
5. Elemento normativo do tipo: falsamente.....	447
6. Calúnia contra os mortos.....	448
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	448
8. Semelhanças e dessemelhanças entre calúnia, difamação e injúria.....	449
9. Consumação e tentativa	451
10. Classificação doutrinária	451
11. Exceção da verdade	451
11.1 Exceção da verdade e foro privilegiado: competência	453

12. Calúnia e imputação verdadeira de fato definido como crime: ausência da elementar “falsamente”	455
13. Calúnia e denúncia caluniosa: distinção	458
14. Crime de calúnia e exercício da advocacia: incompatibilidade	459
15. Pena e ação penal.....	460

CAPÍTULO XIX | DIFAMAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	461
2. Bem jurídico tutelado.....	461
3. Sujeitos ativo e passivo	462
4. Tipo objetivo: adequação típica	463
5. Tipo subjetivo: adequação típica	465
6. Consumação e tentativa.....	465
7. Classificação doutrinária	466
8. Figuras majoradas.....	466
9. Exceção da verdade	466
9.1 Exceção da notoriedade.....	468
10. Pena e ação penal.....	469

CAPÍTULO XX | INJÚRIA

1. Considerações preliminares.....	470
2. Bem jurídico tutelado.....	471
3. Sujeitos ativo e passivo	472
4. Tipo objetivo: adequação típica	473
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	474
6. Consumação e tentativa.....	475
7. Classificação doutrinária	476
8. Exceção da verdade: inadmissibilidade	476
9. Perdão judicial: direito público subjetivo	477
9.1 Provocação reprovável e retorsão imediata	477
9.1.1 Quando o ofendido, de forma reprovável, provoca diretamente a injúria	478
9.1.2 No caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria	479
9.2 Compensação de injúrias	480
10. Injúria real contra injúria real, legítima defesa e provocação	480
11. Injúria real (qualificada)	481
11.1 Injúria real: a elementar “violência” e lesões corporais — distinção	484
11.2 Injúria real e por preconceito; desvalor da ação e desvalor do resultado	485
12. Injúria preconceituosa (qualificada).....	486
12.1 Elemento subjetivo especial da injúria preconceituosa	488
12.2 Pena e ação penal da injúria por preconceito	488
13. Concurso de crimes e absorção	489

14. O necessário cotejamento entre os crimes de injúria majorada e desacato	490
15. Pena e ação penal.....	492

CAPÍTULO XXI | DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CRIMES CONTRA A HONRA

1. Considerações preliminares.....	495
2. Formas majoradas dos crimes contra a honra	495
2.1 Contra o presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro.....	496
2.2 Contra funcionário público, em razão de suas funções	497
2.3 Na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria	498
2.4 Contra pessoa maior de 60 anos ou portadora de deficiência	499
2.5 Mediante paga ou promessa de recompensa	499
3. Causas especiais de exclusão de crimes	500
3.1 Natureza jurídica das excludentes especiais	500
3.2 Excludentes especiais e elemento subjetivo.....	501
3.3 Espécies de excludentes especiais	502
3.3.1 Ofensa irrogada em juízo (I) — imunidade judiciária.....	503
3.3.1.1 Limites subjetivos da imunidade judiciária	503
3.3.2 Inviolabilidade profissional: em juízo ou fora dele	505
3.3.2.1 No exercício da atividade: em juízo ou fora dele....	507
3.3.3 Crítica literária, artística ou científica (II)	507
3.3.4 Conceito desfavorável emitido por funcionário público (III)	508
4. Retratação	509
4.1 Efeitos da retratação.....	511
4.2 Forma, conteúdo e momento processual da retratação	511
4.3 Retratação nos crimes de ação pública condicionada: possibilidade	512
5. Pedido de explicações em juízo: interpelação judicial.....	513
5.1 Competência para julgamento das explicações.....	514
6. Ação penal nos crimes contra a honra	515
6.1 Espécies de ação penal.....	515
6.1.1 Ação penal pública.....	515
6.1.2 Ação penal privada	516
6.2 Ação penal nos crimes de calúnia, difamação e injúria.....	518

CAPÍTULO XXII | CONSTRANGIMENTO ILEGAL

1. Considerações preliminares.....	519
2. Bem jurídico tutelado.....	520
3. Sujeitos ativo e passivo	520
4. Tipo objetivo: adequação típica	521
4.1 Formas ou meios de execução.....	523
4.2 Crime de constrangimento ilegal e crime de tortura	526

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	527
6. Consumação e tentativa.....	527
7. Concurso com crimes praticados com violência.....	528
8. Classificação doutrinária.....	529
9. Formas majoradas (§ 1º).....	529
10. Natureza subsidiária.....	531
11. Exclusão de tipicidade.....	532
12. Pena e ação penal.....	533

CAPÍTULO XXIII | AMEAÇA

1. Considerações preliminares.....	534
2. Bem jurídico tutelado.....	535
3. Sujeitos ativo e passivo.....	535
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	536
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	539
6. Consumação e tentativa.....	540
7. Classificação doutrinária.....	540
8. Natureza subsidiária.....	541
9. Pena e ação penal.....	541

CAPÍTULO XXIV | SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO

1. Considerações preliminares.....	542
2. Bem jurídico tutelado.....	543
3. Sujeitos ativo e passivo.....	544
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	544
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	546
6. Consumação e tentativa.....	546
7. Classificação doutrinária.....	547
8. Formas qualificadas.....	547
8.1 Se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de sessenta anos (§ 1º, I).....	548
8.2 Se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital (§ 1º, II).....	549
8.3 Se a privação da liberdade dura mais de quinze dias (§ 1º, III).....	549
8.4 Se o crime é praticado contra vítima menor de dezoito anos (§ 1º, IV).....	550
8.5 Se o sequestro ou cárcere privado é praticado com finalidade libidinosa (§ 1º, V).....	550
8.6 Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral (§ 2º).....	550
9. Concurso entre os crimes de sequestro e de roubo.....	551
10. Pena e ação penal.....	552

CAPÍTULO XXV | REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

1. Considerações preliminares.....	553
2. Bem jurídico tutelado.....	554
3. Sujeitos ativo e passivo	556
4. Tipo objetivo: adequação típica	556
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	558
6. Consumação e tentativa.....	559
7. Classificação doutrinária	559
8. Redução a condição análoga à de escravo e crimes afins.....	559
9. Pena e ação penal.....	560
10. As alterações procedidas pela Lei n. 10.803/2003	561
10.1 Considerações preliminares	561
10.2 As inovações conferidas pelo novo diploma legal	562
10.2.1 Figuras assimiladas de redução a condição análoga à de escravo.....	564
10.3 Causas especiais de aumento: as “neomajorantes”.....	565
10.4 As novas sanções penais: pena de multa, além da correspondente à violência	565

CAPÍTULO XXVI | TRÁFICO DE PESSOAS

1. Considerações preliminares.....	568
2. Bens jurídicos tutelados	570
2.1 Bem jurídico tutelado no crime de redução a condição análoga à de escravo.....	571
2.2 Bens jurídicos tutelados no crime de tráfico de pessoas para fins sexuais	571
3. Sujeitos ativo e passivo	572
4. Tipo objetivo: adequação típica	573
4.1 Elementares normativas da constituição típica.....	574
4.1.1 Mediante grave ameaça.....	574
4.1.2 Mediante violência	575
4.1.3 Mediante coação	575
4.1.4 Mediante fraude ou abuso	576
4.2 Elementares subjetivas do tipo penal — finalidades específicas.....	577
4.2.1 Remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo	577
4.2.2 Submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo ou a qualquer tipo de servidão.....	578
4.2.3 Adoção ilegal	579
4.2.4 Exploração sexual.....	581
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	582
6. Consumação e tentativa.....	584

7. Classificação doutrinária	584
8. Sanção penal, majorantes, minorante e ação penal	585
CAPÍTULO XXVII VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	
1. Considerações preliminares.....	588
2. Bem jurídico tutelado.....	588
2.1 Definição jurídico-penal de “domicílio”	590
2.2 Definição jurídico-penal de “casa”	591
3. Sujeitos ativo e passivo	593
4. Tipo objetivo: adequação típica	594
4.1 Formas de entrada ou permanência: francas, astuciosas ou clandestinas	595
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	596
6. Consumação e tentativa.....	597
7. Classificação doutrinária	597
8. Formas qualificadas: tipos derivados	598
9. Formas majoradas: causas de aumento	600
10. Invasão de domicílio e conflito aparente de normas: subsidiariedade	603
11. Causas de exclusão da antijuridicidade	607
11.1 Excludentes especiais	607
11.2 “Novas” excludentes constitucionais	610
11.3 Excludentes gerais	611
12. Pena e ação penal.....	611
CAPÍTULO XXVIII VIOLAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA	
1. Considerações preliminares.....	614
2. Bem jurídico tutelado.....	614
3. Sujeitos ativo e passivo	615
4. Tipo objetivo: adequação típica	616
4.1 Violação de correspondência	616
4.1.1 Elemento normativo do tipo: “indevidamente”. Inconstitucionalidade das “exceções legais”	617
4.2 Apossamento de correspondência	618
4.3 Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica ...	620
4.4 Intercepção de comunicação telefônica	621
4.5 Impedimento de comunicação ou conversação.....	621
4.6 Instalação ou utilização ilegal de estação ou aparelho radioelétrico	622
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	622
6. Consumação e tentativa.....	623
7. Classificação doutrinária	623
8. (I)legitimidade da devassa de correspondência pelo cônjuge do destinatário .	624
9. Formas majoradas e qualificadas	624

10. Subsidiariedade.....	625
11. Exclusão de ilicitude	625
12. Pena e ação penal.....	625

CAPÍTULO XXIX | CORRESPONDÊNCIA COMERCIAL

1. Considerações preliminares.....	627
2. Bem jurídico tutelado.....	627
3. Sujeitos ativo e passivo	628
4. Tipo objetivo: adequação típica	629
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	629
6. Consumação e tentativa	630
7. Classificação doutrinária	630
8. Pena e ação penal.....	630

CAPÍTULO XXX | DIVULGAÇÃO DE SEGREDO

1. Considerações preliminares.....	632
2. Bem jurídico tutelado.....	633
3. Sujeitos ativo e passivo	633
4. Tipo objetivo: adequação típica	635
4.1 Definição de documento particular ou correspondência confidencial ..	635
4.2 Elemento normativo do tipo: sem justa causa	637
4.3 Natureza do segredo tutelado: tipo aberto.....	638
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	638
6. Consumação e tentativa	639
7. Classificação doutrinária	639
8. Nova figura penal acrescentada pela Lei n. 9.983/2000.....	639
9. Pena e ação penal.....	641

CAPÍTULO XXXI | VIOLAÇÃO DO SEGREDO PROFISSIONAL

1. Considerações preliminares.....	642
2. Bem jurídico tutelado.....	642
3. Sujeitos ativo e passivo	643
4. Tipo objetivo: adequação típica	644
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	645
6. Consumação e tentativa.....	645
7. Elemento normativo da descrição típica: sem justa causa.....	646
8. Classificação doutrinária	647
9. Pena e ação penal.....	647

CAPÍTULO XXXII | INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO

1. Considerações preliminares.....	649
2. Bem jurídico tutelado.....	650

3. Sujeitos ativo e passivo	651
4. Tipo objetivo: adequação típica	651
4.1 Mediante violação indevida de mecanismo de segurança	653
4.2 Definição de documento particular	654
4.3 Com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo	657
4.4 Com o fim de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita	657
5. Figuras equiparadas: produção, oferta, distribuição, venda ou difusão de dispositivo ou programa de computador	658
5.1 Com o intuito de permitir a prática da conduta definida no <i>caput</i> ..	659
5.2 Majorante aplicável somente às figuras descritas no <i>caput</i> e no § 1º: ocorrência de prejuízo econômico (§ 2º)	659
6. Figuras qualificadas: violação de comunicações eletrônicas privadas, segredo e informações sigilosas	660
6.1 Obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas	660
6.2 Obtenção de segredos comerciais ou industriais	661
6.3 Obtenção de informações sigilosas, assim definidas em lei	662
6.4 Obtenção de controle remoto não autorizado do dispositivo invadido	662
7. Majorantes aplicáveis à figura qualificada constante do § 3º	663
7.1 Se houver divulgação	663
7.2 Se houver comercialização	664
7.3 Se houver transmissão a terceiros	664
8. Tipo subjetivo: adequação típica	665
9. Consumação e tentativa	666
10. Classificação doutrinária	666
11. Pena e ação penal	667
 <i>Bibliografia</i>	 669

TRATADO
DE
DIREITO
PENAL

Cezar
Roberto
Bitencourt

Volume 3

PARTE ESPECIAL

(Arts. 155 a 212)

*Crimes contra
o patrimônio até
crimes contra o
sentimento religioso
e contra o respeito
aos mortos*

20ª edição

revista e atualizada

2024

saraiva 

**saraiva**
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos**Gerência de produção e projetos** Fernando Pentleado**Gerência de conteúdo e aquisições** Thais Cassoff Reato César**Gerência editorial** Lívia Cespedes**Novos projetos** Aline Darcy Fior de Souza

Dallia Costa de Oliveira

Edição Iris Ferrão**Design e produção** Jeferson Costa da Silva (coord.)

Camilla Felix Cianetti

Chaves Guilherme Salvador

Lais Soriano

Karina Lourenço Kempler

Rosana Peroni Fazolari

Tiago Oeta Rosa Verônica

Pivisan

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos

Daniela Maria Chaves

Carvalho Emily Larissa

Ferreira da Silva Kelli Priscila

Pinto

Diagramação Renata Ruggier**Revisão** Bernardete Mauricio**Capa** IDÉE arte e comunicação**Produção gráfica** Marti Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento A.R. Fernandez**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD**

B624t

Bitencourt, Cezar Roberto

Tratado de direito penal - volume 3 - parte especial / Cezar
Roberto Bitencourt. - 20. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.

562 p.

ISBN: 978-85-5362-246-7

1. Direito. 2. Direito penal. I. Título.

2023-2611

CDD 345

CDU 343

Elaborado por Wagner Redotto da Silva
- **CRB-8/9418** Índice para catálogo sistemático:
1. Direito penal 345
2. Direito penal 343**Data de fechamento da edição:** 30-10-2023Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.brNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
Educação. A violação dos direitos autorais é crime
estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do
Código Penal.

CÓD. OBRA 15079

CL 808587

CAE 844896

 ÍNDICE

<i>Publicações do Autor</i>	V
<i>Abreviaturas</i>	VII
<i>Nota do Autor à 16ª Edição</i>	XXXI
<i>Nota do Autor à 1ª Edição</i>	XXXIII

CAPÍTULO I | FURTO

1. Considerações preliminares.....	3
2. Bem jurídico tutelado.....	4
2.1 A natureza do dano inserto em outras figuras típicas	5
2.2 Não podem ser objeto de furto	5
3. Sujeitos ativo e passivo	6
4. Tipo objetivo: adequação típica	7
4.1 Elemento normativo: coisa “alheia”	8
4.2 Proprietário que subtrai coisa da qual não tem a posse: atipicidade...	9
4.3 Lesão patrimonial: bem economicamente apreciável.....	11
4.4 Coisa perdida, abandonada e coisa comum	13
5. Natureza e efeito do consentimento da vítima no crime de furto	14
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	14
7. Consumação e tentativa.....	15
7.1 Consumação.....	15
7.2 Tentativa.....	17
8. Classificação doutrinária	18
9. Furto durante o repouso noturno.....	18
10. Furto de pequeno valor.....	20
10.1 Aplicabilidade da privilegiadora no furto qualificado	22
10.2 Pequeno valor e pequeno prejuízo: distinção	23
11. Furto qualificado: tipo derivado	24
11.1 Com destruição ou rompimento de obstáculo (I)	25
11.2 Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza (II)..	29
11.3 Com emprego de chave falsa (III).....	33
11.4 Mediante concurso de duas ou mais pessoas (IV)	34
11.5 Subtração de semovente domesticável de produção	35

11.5.1	Considerações preliminares.....	35
11.5.2	Objeto material desta qualificadora	38
11.5.3	Subtração de semovente domesticável de produção.....	38
11.5.4	A sanção cominada — qualificadoras simultâneas	39
11.6	Alterações na tipificação dos crimes de furto e de roubo introduzidas pela Lei n. 13.654/2018	43
11.6.1	Duas novas qualificadoras: meio de execução e objeto da subtração	44
11.6.2	Emprego de explosivo ou artefato análogo	44
11.6.2.1	Elementar típico-normativa: meio que cause perigo comum	45
11.6.2.2	Coexistência de duas qualificadoras no crime de furto.....	45
11.6.3	Substâncias explosivas ou acessórios como objeto da subtração (§ 7º).....	45
11.6.4	Furto qualificado (art. 155 do CP) <i>versus</i> crime de explosão (art. 251 do CP).....	46
11.6.5	A tipificação do crime de roubo recebeu várias modificações da Lei n. 13.654/2018	46
11.6.5.1	A revogação do inciso I do § 2º do art. 157.....	47
11.6.5.2	Acréscimo trazido pelo inciso VI ao § 2º do art. 157 — subtração de substâncias explosivas ou de acessórios	47
11.6.5.3	A inclusão do § 2º-A ao art. 157 do CP prevê duas causas especiais de aumento de pena	48
11.6.5.4	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo	48
11.6.5.5	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	49
11.6.6	A Lei n. 13.654/2018 alterou a redação do § 3º do art. 157 do CP	50
12.	Furto mediante dispositivo eletrônico ou informático	50
12.1.	Furto mediante fraude cibernética	50
12.2.	Com utilização de programa malicioso.....	51
12.3.	Por qualquer outro meio fraudulento análogo.....	53
12.4.	Novas causas especiais de aumento (majorantes) de pena no furto cibernético	54
13.	<i>Concursus delinquentium</i> e concurso de duas ou mais pessoas	57
13.1	Coautoria e participação em sentido estrito.....	59

13.2 Causalidade física e psíquica: elemento objetivo-subjetivo.....	61
13.3 Participação impunível: impede a configuração da qualificadora.....	62
13.4 Autoria colateral: atipicidade da qualificadora do concurso de pessoas	63
14. Autoria mediata: impossibilidade da qualificadora de concurso de pessoas	64
15. Punibilidade do concurso de pessoas e da qualificadora similar	54
16. Comunicabilidade ou incomunicabilidade da qualificadora	68
17. Punibilidade desproporcional da qualificadora do concurso de pessoas	69
18. Furto de veículo automotor: qualificadora especial.....	74
18.1 Furto de uso: intenção de restituir	76
19. Furto de energia: equiparação a coisa móvel.....	78
19.1 Furto de energia e furto de sinal de TV paga	80
20. Erro jurídico-penal no crime de furto: erro de tipo e de proibição	82
21. Pena e ação penal.....	83

CAPÍTULO II | FURTO DE COISA COMUM

1. Considerações preliminares.....	84
2. Bem jurídico tutelado.....	84
3. Sujeitos do crime.....	85
3.1 Sujeito ativo.....	85
3.2 Sujeito passivo	85
4. Tipo objetivo: adequação típica	85
4.1 Sócio que furta da própria sociedade	86
5. Tipo subjetivo: adequação típica	87
6. Consumação e tentativa	87
6.1 Consumação de furto de coisa comum	87
6.2 Tentativa de furto de coisa comum	88
7. Classificação doutrinária	88
8. Causa especial de exclusão da antijuridicidade	88
9. Pena e ação penal.....	89

CAPÍTULO III | ROUBO

1. Considerações preliminares.....	91
2. Bem jurídico tutelado.....	92
3. Sujeitos do crime.....	93
3.1 Sujeito ativo.....	93
3.2 Sujeito passivo	93
4. Tipo objetivo: adequação típica	93
5. <i>Modus operandi</i> : ante violência ou grave ameaça ou qualquer outro meio ..	94
5.1 Violência física (<i>vis corporalis</i>)	95

5.2	Grave ameaça (vis compulsiva).....	95
5.2.1	Idoneidade da grave ameaça	96
5.2.2	Simulação de arma e arma de brinquedo.....	96
5.3	Qualquer outro meio de redução da resistência	97
5.4	Violência ou grave ameaça para fugir sem a coisa.....	98
6.	Espécies de roubo: próprio e impróprio	99
6.1	Roubo próprio.....	100
6.2	Roubo impróprio.....	100
6.3	Roubo próprio e impróprio: distinção	102
7.	Objeto material do crime de roubo.....	102
8.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	103
9.	Roubo majorado (“qualificado”, § 2º)	103
9.1	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma (I)....	104
9.1.1	O emprego de arma de brinquedo e a Súmula 174 do STJ ...	105
9.1.2	O emprego de arma branca.....	106
9.2	Se há concurso de duas ou mais pessoas (II)	107
9.3	Em serviço de transporte de valores e o agente conhece essa circunstância (III).....	107
9.4	Roubo de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior (IV)	108
9.5	Roubo de veículo automotor com sequestro da vítima (V).....	109
9.6	Elevação da pena mínima no roubo qualificado	110
10.	Eventual presença de duas causas de aumento	110
11.	A tipificação do crime de roubo recebeu várias modificações da Lei n. 13.654/2018	112
11.1	A revogação do inciso I do § 2º do art. 157.....	112
11.2	Acréscimo trazido pelo inciso VI ao § 2º do art. 157 — subtração de substâncias explosivas ou de acessórios.....	114
11.3	A inclusão do § 2º-A ao art. 157 do CP prevê duas causas especiais de aumento de pena.....	114
11.3.1	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo	114
11.3.2	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.....	115
11.4	Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido duplica a pena do <i>caput</i>	116
11.5	A Lei n. 13.654/2018 alterou a redação do § 3º do art. 157 do Código Penal	117
12.	Consumação e tentativa.....	117

12.1	Consumação do crime de roubo	117
12.2	Tentativa do crime de roubo	118
13.	Classificação doutrinária	119
14.	Roubo qualificado pelo resultado: lesão grave ou morte.....	119
14.1	Pela lesão corporal grave (inciso I).....	121
14.2	Pelo resultado morte (inciso II): latrocínio	121
14.2.1	Resultado morte decorrente de grave ameaça: não tipifica latrocínio.....	122
14.3	Morte de comparsa: inoocorrência de latrocínio.....	123
15.	Tentativa de latrocínio: pluralidade de alternativas.....	123
16.	Latrocínio com pluralidade de vítimas	124
17.	Concurso do crime de roubo com o de quadrilha	124
18.	Pena e ação penal.....	125
18.1	Inconstitucionalidade da proibição de progressão de regime nos crimes hediondos	125

CAPÍTULO IV | EXTORSÃO

1.	Considerações preliminares.....	128
2.	Bem jurídico tutelado.....	129
3.	Sujeitos ativo e passivo	130
4.	Tipo objetivo: adequação típica	130
4.1	A extorsão mediante grave ameaça e o crime de ameaça do art. 147.....	131
4.2	Obtenção de indevida vantagem econômica: especial fim de agir	131
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	133
6.	Extorsão majorada: coautoria e emprego de armas.....	133
6.1	Se a extorsão é cometida por duas ou mais pessoas	133
6.2	Com emprego de arma	134
6.2.1	Analogia e interpretação analógica: processo integrativo <i>versus</i> processo interpretativo	135
6.2.2	Analogia <i>in bonam partem</i>	136
7.	Omissão da Lei n. 9.426/96: majorantes relativas a veículo automotor	138
8.	Extorsão qualificada: lesão grave ou morte.....	138
9.	Roubo e extorsão: semelhanças e dessemelhanças.....	138
9.1	Roubo e extorsão: são crimes da mesma espécie.....	139
10.	Extorsão mediante restrição de liberdade.....	141
10.1	Extorsão mediante restrição de liberdade qualificada pelo resul- tado.....	143
10.2	A gravidade da semelhança entre roubo e extorsão especial.....	145
10.3	A desproporcional cominação de penas entre roubo e extorsão especial.....	148

10.4 Violação ao princípio da proporcionalidade e inconstitucionalidade das sanções cominadas	149
11. Crimes de extorsão e de constrangimento ilegal: conflito aparente de normas.....	152
12. Consumação e tentativa.....	153
12.1 Consumação.....	153
12.2 Tentativa.....	153
13. Classificação doutrinária	155
14. Pena e ação penal.....	155

CAPÍTULO V | EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO

1. Considerações preliminares.....	157
2. Bem jurídico tutelado.....	157
3. Sujeitos do crime.....	158
3.1 Sujeito ativo.....	158
3.2 Sujeito passivo	158
4. Tipo objetivo: adequação típica	158
4.1 (Ir)relevância da natureza ou espécie da vantagem visada	160
4.2 Vantagem devida: outra tipificação.....	162
5. Tipo subjetivo: adequação típica	163
6. Extorsão qualificada: <i>modus operandi</i>	163
6.1 Duração do sequestro e idade da vítima	164
6.2 Cometido por bando ou quadrilha	165
7. Extorsão mediante sequestro qualificada pelo resultado: lesão grave ou morte.....	166
7.1 Se resulta lesão corporal de natureza grave	167
7.2 Se resulta a morte	167
8. Delação premiada: favor legal antiético.....	168
9. Crime hediondo	173
10. Consumação e tentativa.....	173
11. Classificação doutrinária	174
12. Pena e ação penal.....	174

CAPÍTULO VI | EXTORSÃO INDIRETA

1. Considerações preliminares.....	175
2. Bem jurídico tutelado.....	176
3. Sujeitos do crime.....	176
3.1 Sujeito ativo.....	176
3.2 Sujeito passivo	176
4. Tipo objetivo: adequação típica	177

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	179
6. Classificação doutrinária	179
7. Consumação e tentativa	179
8. Pena e ação penal.....	179

CAPÍTULO VII | DA USURPAÇÃO

1ª Seção

Alteração de limites

1. Considerações preliminares.....	181
2. Bem jurídico tutelado.....	182
3. Sujeitos ativo e passivo	183
4. Tipo objetivo: adequação típica	185
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	187
5.1 Elemento subjetivo especial: para apropriar-se de coisa móvel alheia.....	187
6. Consumação e tentativa.....	188
7. Classificação doutrinária	188
8. Pena e ação penal.....	189

CAPÍTULO VIII

2ª Seção

Usurpação de águas

1. Considerações preliminares.....	190
2. Bem jurídico tutelado.....	190
3. Sujeitos ativo e passivo	191
4. Tipo objetivo: adequação típica	191
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	192
6. Consumação e tentativa.....	193
7. Classificação doutrinária	193
8. Pena e ação penal.....	193

CAPÍTULO IX

3ª Seção

Esbulho possessório

1. Considerações preliminares.....	194
2. Bem jurídico tutelado.....	194
3. Sujeitos do crime.....	195
3.1 Sujeito ativo.....	195
3.2 Sujeito passivo	195

4. Tipo objetivo: adequação típica	196
4.1 Violência à pessoa ou grave ameaça ou concurso de mais de duas pessoas	196
4.2 Esbulho civil e esbulho penal	197
4.3 Esbulho de imóvel do SFH.....	198
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	198
6. Consumação e tentativa.....	198
7. Usurpação em concurso com violência.....	199
8. Pena e ação penal.....	200
8.1 Penas cominadas.....	200
8.2 Pena e ação penal	200

CAPÍTULO X | SUPRESSÃO OU ALTERAÇÃO DE MARCA EM ANIMAIS

1. Considerações preliminares.....	201
2. Bem jurídico tutelado.....	202
3. Sujeitos ativo e passivo	202
4. Tipo objetivo: adequação típica	202
4.1 Somente em animais já marcados.....	203
4.2 Concurso com outros crimes	204
4.3 Elementares típico-normativas: “indevidamente” e “alheio”	204
4.4 Significado e limite das locuções “gado” ou “rebanho”.....	204
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	205
6. Consumação e tentativa.....	206
7. Classificação doutrinária	206
8. Pena e ação penal.....	206

CAPÍTULO XI | DO DANO

1. Considerações preliminares.....	207
2. Bem jurídico tutelado.....	208
3. Sujeitos ativo e passivo	209
4. Tipo objetivo: adequação típica	210
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	212
6. Dano qualificado	213
6.1 Com violência à pessoa ou grave ameaça.....	214
6.1.1 Dano praticado com violência: concurso material de crimes ou cúmulo material de penas.....	216
6.2 Com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave	217
6.3 Contra o patrimônio da União, Estado, Distrito Federal, Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos....	218

6.4	Por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima..	219
6.4.1	Por motivo egoístico	219
6.4.2	Com prejuízo considerável	220
7.	Consumação e tentativa.....	220
8.	Classificação doutrinária	221
9.	Pena e ação penal.....	221

CAPÍTULO XII | INTRODUÇÃO OU ABANDONO DE ANIMAIS EM PROPRIEDADE ALHEIA

1.	Considerações preliminares.....	222
2.	Bem jurídico tutelado.....	223
3.	Sujeitos ativo e passivo	223
4.	Tipo objetivo: adequação típica	224
4.1	Sem consentimento de quem de direito	225
4.2	Ocorrência efetiva de prejuízo	226
4.3	Prejuízo: condição objetiva da punibilidade ou elementar típica	226
5.	Tipo subjetivo: adequação típica	227
6.	Consumação e tentativa.....	227
7.	Classificação doutrinária	229
8.	Questões especiais.....	229
9.	Pena e ação penal.....	230

CAPÍTULO XIII | DANO EM COISA DE VALOR ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO OU HISTÓRICO

1.	Considerações preliminares.....	231
2.	Bem jurídico tutelado.....	232
3.	Sujeitos ativo e passivo	233
4.	Tipo objetivo: adequação típica	233
5.	Tipo subjetivo: adequação típica	235
6.	Consumação e tentativa.....	235
7.	Classificação doutrinária	235
8.	Pena e ação penal.....	236

CAPÍTULO XIV | ALTERAÇÃO DE LOCAL ESPECIALMENTE PROTEGIDO

1.	Considerações preliminares.....	237
2.	Bem jurídico tutelado.....	238
3.	Sujeitos ativo e passivo	238
4.	Tipo objetivo: adequação típica	239
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	239
6.	Consumação e tentativa.....	240

7. Classificação doutrinária	240
8. Questões especiais.....	240
9. Pena e ação penal.....	240

CAPÍTULO XV | DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

1. Considerações preliminares.....	241
2. Bem jurídico tutelado.....	242
3. Sujeitos do crime.....	243
3.1 Sujeito ativo.....	243
3.2 Sujeito passivo	244
4. Pressuposto da apropriação indébita.....	244
5. Tipo objetivo: adequação típica	245
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	245
7. Consumação e tentativa	247
8. Classificação doutrinária	247
9. Formas majoradas de apropriação indébita	248
9.1 Coisa recebida em depósito necessário.....	248
9.2 Qualidade pessoal do agente: tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial	249
9.3 Em razão de ofício, emprego ou profissão	250
10. Apropriação, furto e estelionato	251
11. Compra e venda, depositário infiel e apropriação indébita	251
12. Apropriação indébita e relação mandante-mandatário.....	256
13. Pena e ação penal.....	257
14. Algumas questões especiais	257

CAPÍTULO XVI | APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA

1. Considerações preliminares.....	259
2. Bem jurídico tutelado.....	259
3. Sujeitos ativo e passivo	260
4. Pressuposto de qualquer apropriação indébita	260
5. Tipo objetivo: adequação típica	261
5.1 Prazo e forma legal ou convencional: norma penal em branco....	263
6. Tipo subjetivo: adequação típica	263
7. Figuras do <i>caput</i> e do § 1º: distinção	264
8. Deixar de recolher no prazo legal (§ 1º, I).....	264
8.1 Pressuposto: que tenha sido descontado de pagamento efetuado ..	264
8.2 Antiga figura do art. 95, d	264
9. Deixar de recolher contribuições devidas (§ 1º, II)	264
9.1 Despesas contábeis ou custos relativos a produtos e serviços	264

10. Deixar de pagar benefício devido (§ 1º, III).....	265
11. Consumação e tentativa.....	265
12. Classificação doutrinária.....	265
13. Causa extintiva da punibilidade.....	266
13.1 Início da ação fiscal (antes).....	266
13.2 Requisitos para extinção da punibilidade.....	266
13.3 Aplicação do art. 34 da Lei n. 9.249/95.....	266
14. Perdão judicial ou pena de multa.....	267
14.1 Valor de pouca monta: inocuidade.....	267
14.2 Princípio da insignificância: configurado.....	268
14.3 Requisitos necessários ao perdão judicial ou multa.....	268
15. Crimes praticados após a Lei n. 9.983/2000: efeitos práticos.....	268
16. A suspensão da pretensão punitiva do Estado pelo parcelamento de débitos tributários.....	268
16.1. Natureza jurídica da representação fiscal para fins penais.....	270
16.2. Aplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária.....	272
17. Pena e ação penal.....	274

CAPÍTULO XVII | APROPRIAÇÃO DE COISA HAVIDA POR ERRO, CASO FORTUITO OU FORÇA DA NATUREZA

1. Considerações preliminares.....	275
2. Bem jurídico tutelado.....	276
3. Sujeitos ativo e passivo.....	276
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	276
5. Apropriação de tesouro.....	277
6. Apropriação de coisa achada.....	278
6.1 Elemento temporal: quinze dias.....	279
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	279
8. Classificação doutrinária.....	280
9. Consumação e tentativa.....	280
10. Minorante do pequeno valor nos crimes de apropriação indébita.....	281
11. Pena e ação penal.....	282

CAPÍTULO XVIII | ESTELIONATO

1. Considerações preliminares.....	285
2. Bem jurídico tutelado.....	285
3. Sujeitos ativo e passivo.....	286
3.1 Criança e enfermo mental: impossibilidade.....	286
4. Fraude civil e fraude penal: ontologicamente iguais.....	287

5. Tipo objetivo: adequação típica	289
5.1 Emprego de artifício, arдил ou qualquer outro meio fraudulento.	289
5.2 Induzimento ou manutenção da vítima em erro	290
5.3 Obtenção de vantagem ilícita em prejuízo alheio: elemento normativo	291
6. Vantagem ilícita: irrelevância da natureza econômica	292
7. Tipo subjetivo: adequação típica	295
8. Classificação doutrinária	296
9. Consumação e tentativa	296
10. Estelionato e falsidade	297
11. Estelionato privilegiado: minorante de aplicação obrigatória	298
12. Figuras especiais de estelionato	298
12.1 Disposição de coisa alheia como própria (I)	298
12.2 Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria (II)	299
12.3 Defraudação de penhor (III)	300
12.4 Fraude na entrega de coisa (IV)	301
12.5 Fraude para o recebimento de indenização ou valor de seguro (V) ..	302
12.6 Fraude no pagamento por meio de cheque (VI)	303
12.6.1 Cheque pós-datado e cheque especial	303
12.6.2 Sujeitos ativo e passivo do crime	305
13. Majorante especial do crime de estelionato	305
14. Do estelionato contra pessoa idosa	305
15. Arrependimento posterior e as Súmulas 246 e 554	309
15.1 Reparação de danos e as Súmulas 246 e 554	309
16. Algumas questões especiais	310
17. Natureza do crime de estelionato previdenciário: permanente ou instantâneo de efeitos permanentes	311
17.1 A suposta natureza binária do estelionato previdenciário	312
18. Pena e ação penal	315
18.1 Alteração da natureza da ação penal do estelionato	316
18.2 Retroatividade relativa da alteração da natureza da ação penal ..	316
19. Transcrição das principais súmulas relativas ao estelionato	319

CAPÍTULO XIX | DUPLICATA SIMULADA

1. Considerações preliminares	321
2. Bem jurídico tutelado	322
3. Sujeitos ativo e passivo	322
4. Tipo objetivo: adequação típica	323
4.1 Falsificação ou adulteração do livro de registro de duplicatas	324

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	324
6. Consumação e tentativa.....	325
7. Classificação doutrinária	325
8. Pena e ação penal.....	325

CAPÍTULO XX | ABUSO DE INCAPAZES

1. Considerações preliminares.....	326
2. Bem jurídico tutelado.....	327
3. Sujeitos ativo e passivo	327
4. Tipo objetivo: adequação típica	327
4.1 Necessidade, paixão ou inexperiência do menor	328
4.2 Ato suscetível de produzir efeito jurídico	328
4.3 Natureza do proveito ou vantagem.....	329
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	330
6. Consumação e tentativa.....	330
7. Classificação doutrinária	331
8. Pena e ação penal.....	331

CAPÍTULO XXI | INDUZIMENTO À ESPECULAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	332
2. Bem jurídico tutelado.....	333
3. Sujeitos ativo e passivo	333
4. Tipo objetivo: adequação típica	334
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	334
6. Consumação e tentativa	335
7. Classificação doutrinária	336
8. Pena e ação penal.....	336

CAPÍTULO XXII | FRAUDE NO COMÉRCIO

1. Considerações preliminares.....	337
2. Bem jurídico tutelado.....	338
3. Sujeitos ativo e passivo	338
4. Tipo objetivo: adequação típica	338
4.1 Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas (§ 1º)	340
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	341
6. Consumação e tentativa	341
7. Pena e ação penal.....	341

CAPÍTULO XXIII | OUTRAS FRAUDES

1. Considerações preliminares.....	342
2. Bem jurídico tutelado.....	342

3. Sujeitos ativo e passivo	343
4. Tipo objetivo: adequação típica	343
5. Tipo subjetivo: adequação típica	344
6. Consumação e tentativa	344
7. Classificação doutrinária	344
8. Pena e ação penal	345

CAPÍTULO XXIV | FRAUDES E ABUSOS NA FUNDAÇÃO OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES

1. Considerações preliminares	347
2. Bem jurídico tutelado.....	348
3. Sujeitos ativo e passivo	349
4. Tipo objetivo: adequação típica	349
4.1 Fraude na fundação de sociedade por ações: crime subsidiário ...	350
5. Tipo subjetivo: adequação típica	351
6. Consumação e tentativa	352
7. Classificação doutrinária	352
8. Fraude sobre as condições econômicas de sociedade por ações (§ 1º, I)...	353
8.1 Bem jurídico tutelado	353
8.2 Sujeitos ativo e passivo	353
8.3 Tipo objetivo: adequação típica	354
8.4 Consumação e tentativa	355
9. Falsa cotação de ações ou título de sociedade (§ 1º, II)	355
9.1 Sujeitos ativo e passivo	355
9.2 Tipo objetivo: adequação típica	355
9.3 Consumação e tentativa.....	356
10. Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres (§ 1º, III)	356
10.1 Sujeitos ativo e passivo	356
10.2 Tipo objetivo: adequação típica	357
10.3 Consumação e tentativa	357
11. Compra e venda de ações da sociedade (§ 1º, IV)	358
11.1 Sujeitos ativo e passivo	358
11.2 Tipo objetivo: adequação típica	358
11.3 Consumação e tentativa.....	360
12. Caução de ações da sociedade (§ 1º, V)	360
12.1 Sujeitos ativo e passivo	360
12.2 Tipo objetivo: adequação típica	360
12.3 Consumação e tentativa.....	360
13. Distribuição de lucros ou dividendos fictícios (§ 1º, VI).....	361

13.1 Sujeitos ativo e passivo	361
13.2 Tipo objetivo: adequação típica	361
13.3 Consumação e tentativa	361
14. Aprovação fraudulenta de conta ou parecer (§ 1º, VII)	362
14.1 Sujeitos ativo e passivo	362
14.2 Tipo objetivo: adequação típica	362
14.3 Consumação e tentativa	362
15. Crimes de liquidante (§ 1º, VIII)	363
16. Crimes do representante da sociedade estrangeira (§ 1º, IX)	363
16.1 Sujeitos ativo e passivo	363
17. Crime de acionista: negociação de voto (§ 2º)	363
17.1 Sujeitos ativo e passivo	364
17.2 Tipo objetivo: adequação típica	364
18. Pena e ação penal	364

CAPÍTULO XXV | EMISSÃO IRREGULAR DE CONHECIMENTO DE DEPÓSITO OU WARRANT

1. Considerações preliminares	365
2. Bem jurídico tutelado	365
3. Sujeitos ativo e passivo	366
4. Conhecimento de depósito e <i>warrant</i>	366
5. Tipo objetivo: adequação típica	367
5.1 Elemento normativo: em desacordo com disposição legal	367
6. Tipo subjetivo: adequação típica	368
7. Consumação e tentativa	368
8. Pena e ação penal	368

CAPÍTULO XXVI | FRAUDE À EXECUÇÃO

1. Considerações preliminares	369
2. Bem jurídico tutelado	370
3. Sujeitos ativo e passivo	370
4. Tipo objetivo: adequação típica	370
5. Tipo subjetivo: adequação típica	372
6. Consumação e tentativa	372
7. Pena e ação penal	373

CAPÍTULO XXVII | RECEPÇÃO

1. Considerações preliminares	375
2. Bem jurídico tutelado	376
3. Sujeitos ativo e passivo	377

4. Tipo objetivo: adequação típica: receptação simples	378
4.1 Novas figuras da Lei n. 9.426/96: receptação ou favorecimento....	381
4.2 Receptação de receptação: possibilidade	382
5. Significado dogmático das elementares: “sabe” e “deve saber”	383
5.1 Síntese dos postulados fundamentais das teorias do dolo e da culpabilidade	384
5.2 Sentido e função das elementares “sabe” e “deve saber” na definição do crime de receptação.....	386
6. Consumação e tentativa	389
7. Classificação doutrinária	390
8. Receptação qualificada: tipo autônomo ou derivado	390
8.1 Adequação típica: receptação qualificada	391
8.2 Receptação simples, receptação qualificada e princípio da proporcionalidade	394
8.3 Elemento normativo da receptação qualificada: no exercício de atividade comercial ou industrial	398
9. Tipo subjetivo: adequação típica: dolo direto.....	399
9.1 Elemento subjetivo especial do injusto: em proveito próprio ou alheio.....	401
10. Receptação culposa	402
11. Autonomia da receptação: independência relativa	404
12. “Autor de crime”: a culpabilidade não é mero pressuposto da pena	405
13. Perdão judicial (§ 5º, 1ª parte)	408
14. Receptação privilegiada (§ 5º, 2ª parte)	409
15. Receptação majorada (§ 6º).....	410
16. Pena e ação penal.....	411

CAPÍTULO XXVIII | RECEPTAÇÃO DE SEMOVENTE DOMESTICÁVEL DE PRODUÇÃO

1. Considerações preliminares.....	412
2. Bem jurídico tutelado e objeto material	414
3. Sujeitos ativo e passivo	415
4. Tipo objetivo: adequação típica	415
4.1 Receptação de receptação: possibilidade limitada	418
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	418
5.1 Elemento subjetivo especial do injusto: produção ou comercialização de semovente domesticável.....	419
6. Consumação e tentativa	420
7. Classificação doutrinária	420
8. Pena e ação penal.....	421

CAPÍTULO XXIX | DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

1. Considerações preliminares.....	422
2. Repercussão do Estatuto do Idoso nos crimes patrimoniais	423
3. Imunidade penal absoluta.....	424
4. Imunidade relativa: condição de procedibilidade	425
5. Exclusão de imunidade ou privilégio.....	426
5.1 Concurso eventual de estranhos: coautoria ou participação.....	426

CAPÍTULO XXX | VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

1. Considerações preliminares.....	428
2. Bem jurídico tutelado.....	428
3. Sujeitos ativo e passivo	428
4. Tipo objetivo: adequação típica	429
4.1 Inovações da Lei n. 10.695/2003.....	429
5. Figuras qualificadas: majoração penal	430
5.1 Intuito de lucro é o fundamento da majoração penal.....	431
5.2 Elemento normativo do tipo: sem autorização.....	431
6. Repressão da ciberpirataria.....	431
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	432
8. Consumação e tentativa	432
9. Classificação doutrinária	433
10. Pena e ação penal.....	433
11. Algumas questões especiais	433

CAPÍTULO XXXI | USURPAÇÃO DE NOME OU PSEUDÔNIMO ALHEIO

1. Considerações preliminares.....	434
------------------------------------	-----

CAPÍTULO XXXII | AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Considerações preliminares.....	435
2. Natureza da ação penal	435
3. Prazo decadencial: geral ou especial.....	436
4. Prova do direito de ação (art. 526 do CPP): pré-constituída	437

CAPÍTULO XXXIII | ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO

1. Considerações preliminares.....	439
2. Bem jurídico tutelado.....	440
3. Sujeitos ativo e passivo	441
3.1 Pessoa jurídica: impossibilidade.....	442
4. Tipo objetivo: adequação típica	442

4.1 Formas ou meios de execução: mediante violência ou grave ameaça	443
5. Tipo subjetivo: adequação típica	445
6. Consumação e tentativa	445
7. Concurso com crimes praticados com violência	446
8. Classificação doutrinária	447
9. Pena e ação penal.....	447

CAPÍTULO XXXIV | ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA

1. Considerações preliminares.....	448
2. Bem jurídico tutelado.....	449
3. Sujeitos ativo e passivo	449
4. Tipo objetivo: adequação típica	449
4.1 Formas ou meios de execução: mediante violência ou grave ameaça	451
5. Tipo subjetivo: adequação típica	451
6. Consumação e tentativa	451
7. Classificação doutrinária	452
8. Concurso de crimes: violência tipificada	452
9. Pena e ação penal.....	453

CAPÍTULO XXXV | ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	454
2. Bem jurídico tutelado.....	454
3. Sujeitos ativo e passivo	455
4. Tipo objetivo: adequação típica	455
4.1 Trabalho individual e crime contra a organização do trabalho ...	456
5. Tipo subjetivo: adequação típica	456
6. Consumação e tentativa	456
7. Classificação doutrinária	457
8. Pena e ação penal.....	457

CAPÍTULO XXXVI | PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM

1. Considerações preliminares.....	458
2. Bem jurídico tutelado.....	459
3. Sujeitos ativo e passivo	459
4. Tipo objetivo: adequação típica	460
4.1 Abandono coletivo e suspensão do trabalho	461
4.2 Violência contra pessoa ou coisa.....	461
5. Tipo subjetivo: adequação típica	462
6. Consumação e tentativa	462
7. Pena e ação penal.....	463

**CAPÍTULO XXXVII | PARALISAÇÃO DE TRABALHODE INTERESSE
COLETIVO**

1. Considerações preliminares.....	464
2. Bem jurídico tutelado.....	465
3. Sujeitos ativo e passivo	465
4. Tipo objetivo: adequação típica	466
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	466
5.1 Tipicidade de greve pacífica: excepcionalmente	467
6. Consumação e tentativa.....	467
7. Pena e ação penal.....	467

**CAPÍTULO XXXVIII | INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL,
COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM**

1. Considerações preliminares.....	468
2. Bem jurídico tutelado.....	468
3. Sujeitos ativo e passivo	469
4. Tipo objetivo: adequação típica	469
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	470
6. Consumação e tentativa.....	470
7. Pena e ação penal.....	470
8. Questões especiais.....	470

**CAPÍTULO XXXIX | FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI
TRABALHISTA**

1. Considerações preliminares.....	471
2. Bem jurídico tutelado.....	472
3. Sujeitos ativo e passivo	472
4. Tipo objetivo: adequação típica	474
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	473
6. Consumação e tentativa.....	473
7. Novos tipos assemelhados	473
8. Penas e ação penal	473
8.1 Sanções cominadas	473
8.2 Natureza da ação penal	474
9. Questões especiais.....	474

**CAPÍTULO XL | FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO
TRABALHO**

1. Considerações preliminares.....	475
2. Bem jurídico tutelado.....	476

3. Sujeitos ativo e passivo	476
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	476
4.1 Meios executórios normativos: mediante fraude ou violência.....	477
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	477
6. Consumação e tentativa.....	478
7. Penas e ação penal.....	478

CAPÍTULO XLI | EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

1. Considerações preliminares.....	479
2. Bem jurídico tutelado.....	479
3. Sujeitos ativo e passivo	479
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	480
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	481
6. Consumação e tentativa.....	481
7. Pena e ação penal.....	481

CAPÍTULO XLII | ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	482
2. Bem jurídico tutelado.....	482
3. Sujeitos ativo e passivo	483
4. Tipo objetivo: adequação típica	483
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	483
6. Consumação e tentativa.....	484
7. Pena e ação penal.....	484

CAPÍTULO XLIII | ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL

1. Considerações preliminares.....	485
2. Bem jurídico tutelado.....	485
3. Sujeitos ativo e passivo	486
4. Tipo objetivo: adequação típica	486
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	486
6. Consumação e tentativa.....	487
7. Novo tipo penal (§ 1º).....	487
8. Pena e ação penal.....	487
9. Leis n. 9.099/95 e 9.714/98: “fundamentos” para exasperação penal.....	487

CAPÍTULO XLIV | ULTRAJE A CULTO E IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE ATO A ELE RELATIVO

1. Considerações preliminares.....	489
------------------------------------	-----

2. Bem jurídico tutelado.....	490
3. Sujeitos ativo e passivo	490
4. Tipo objetivo: adequação típica	491
4.1 Escárnio por motivo de religião	492
4.2 Impedimento ou perturbação de culto religioso	492
4.3 Vilipêndio público de ato ou objeto obsceno	492
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	493
6. Consumação e tentativa.....	493
7. Classificação doutrinária	493
8. Majorante especial: com violência	494
9. Pena e ação penal.....	495

CAPÍTULO XLV | IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE CERIMÔNIA FUNERÁRIA

1. Considerações preliminares.....	496
2. Bem jurídico tutelado.....	496
3. Sujeitos ativo e passivo	497
4. Tipo objetivo: adequação típica	497
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	498
6. Consumação e tentativa.....	498
7. Figura majorada	498
8. Pena e ação penal.....	500

CAPÍTULO XLVI | VIOLAÇÃO DE SEPULTURA

1. Considerações preliminares.....	501
2. Bem jurídico tutelado.....	501
3. Sujeitos ativo e passivo	502
4. Tipo objetivo: adequação típica	502
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	503
6. Consumação e tentativa.....	503
7. Furto em sepultura: tipificação	503
8. Classificação doutrinária	504
9. Pena e ação penal.....	504

CAPÍTULO XLVII | DESTRUIÇÃO, SUBTRAÇÃO OU OCULTAÇÃO DE CADÁVER

1. Considerações preliminares.....	505
2. Bem jurídico tutelado.....	505
3. Sujeitos ativo e passivo	506
4. Tipo objetivo: adequação típica	506

4.1	●beto material do crime: cadáver.....	507
5.	Tipo subjetivo: adequação típica	508
6.	Consumação e tentativa	508
7.	Classificação doutrinária	508
8.	Pena e ação penal.....	508
CAPÍTULO XLVIII VILIPÊNDIO A CADÁVER.....		509
1.	Considerações preliminares.....	509
2.	Bem jurídico tutelado.....	509
3.	Sujeitos ativo e passivo	509
4.	Tipo objetivo: adequação típica	510
5.	Tipo subjetivo: adequação típica	510
6.	Consumação e tentativa	511
7.	Classificação doutrinária	511
8.	Pena e ação penal.....	511
<i>Bibliografia</i>		513